Capítulo II

Entre memórias

Que Stendhal confessasse haver escrito um de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinqüenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco. (Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas).

Quando o editor B. L. Garnier publica em livro as memórias do defunto Brás Cubas, em 1881, já se tinha notícias que apenas algo em torno de 20% da população brasileira era alfabetizada, na corte, um pouco mais, 37%. O texto que faz a apresentação ao leitor, cujo excerto serve agora de epígrafe, pode ser lido como constatação de que seu autor supõe escrever para poucos abnegados: “Dez? Talvez cinco”. Alguns anos antes, em 1852 Manuel Antônio de Almeida iniciava em folhetins semanais do *Correio Mercantil* as suas *Memórias de um Sargento de Milícias*³⁹. Informa Mário de Andrade⁴⁰ que o menino “Maneco Almeida” nascera na cidade do Rio de Janeiro a 17 de novembro de 1831, sendo de família muito pobre e que, por isso, não teria obtido uma educação aos moldes da que recebiam os filhos das famílias mais abastadas. Apesar disso, formou-se em medicina, embora tenha abraçado o jornalismo e depois buscado abrigo mais seguro no serviço público. Foi como administrador da Tipografia Nacional que conheceu um jovem tipógrafo – Machado de Assis – que ainda não havia se tornado um reconhecido escritor.

Pouco há de comum entre as memórias de um filho enjeitado que se tornaria sargento, depois de uma vida errante entre gente do povo, e as de um defunto que vivera como rentista e cortesão. Situados em pontos extremos de uma sociedade em formação, Leonardo e Brás Cubas podem se tocar e fechar o círculo dentro do qual se passam os embates em torno das condições de produção, circulação e recepção da escrita no Brasil, no período que se estende do início das

³⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Brasília, UnB: 1963. As referências que se seguem foram extraídas desta edição e serão indicadas pelas iniciais MSM acompanhadas do respectivo número das páginas.

⁴⁰ Introdução de Mário de Andrade a edição de 1941, promovida pela Editora Martins Fontes, e incorporada a edição da UnB. MSM., p.IX a XXIV.

atividades de impressão aos últimos anos do império, um momento que marca o nascimento, no Brasil, do Leitor Moderno.

Este tipo de leitor foi muitas vezes, rejeitado e visto como desregrado, inapto ou pouco íntimo à escrita; outras, como alguém interessado somente em frivolidades da vida cortesã e que, do texto, só percebe a superfície. Por outro lado, este mesmo leitor parece ter sido ansiosamente desejado por autores, livreiros, editores e outros atores do mundo letrado que apostavam na escrita como forma de constituição da cultura ou, simplesmente, como uma atividade rentável e que permitiria distinção e aquisição de prestígio social e político. Esse leitor forjado na modernidade européia (principalmente entre os séculos XVII e XIX), ao se instalar na periferia daquela modernidade, teve de enfrentar contradições específicas a um ambiente marcado pelos embates em torno, primeiro, do desejo de se livrar da condição de colônia portuguesa – como já vinha ocorrendo desde o século anterior – e, alcançada a independência, da necessidade de afirmação de sua soberania, de um sentido de nação. Neste ambiente, que oscilava entre escravismo e idéias liberais, entre latifúndio e urbanidade, entre tradição e progresso, autores, leitores e mediadores vão tentar fazer da escrita um instrumento de partilha da cultura.

É deste Brasil equilibrista que aquele jovem tipógrafo, depois chamado “bruxo alusivo e zombeteiro”, vai extrair tintas para imprimir sua própria escrita. Quando, em 1857, conheceu o já consagrado jornalista Manuel Antônio de Almeida tinha pretensões literárias e estava, ainda, em plena fase de poeta romântico: *A musa, que o ramo das glórias enlaça, / Da terra gigante – meu berço infantil, / De afetos um nome na idéia me traça, / Que o eco no peito repete: - Brasil!*⁴¹. Machado de Assis, como se tornou conhecido, se fez revisor, tradutor e autor de textos para teatro, crônicas, ensaios, crítica literária, contos e romances que, além de serem publicados nos mais importantes jornais da cidade, foram editados em livros, dentre tantos, *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Apesar disso, supunha ter poucos leitores: “Dez? Talvez cinco”.

⁴¹ASSIS, Machado. Obras Completas. Rio de Janeiro. Nova Aquilar, 1985. Com exceção de Memórias póstumas de Brás Cubas, todas as demais referências à obra de Machado de Assis foram extraídas desta edição e, adiante, serão indicadas apenas pelas iniciais O.C., seguidas do respectivo número da página O trecho ora destacado é do poema *Minha Musa*, de seis estrofes, originalmente publicado na *Marmota Fluminense*, em 01 de abril de 1856.

A escassez de leitores parece ser em Machado de Assis mais que suposição, talvez certeza. Em abril de 1858, no jornal de Paula Brito, *A Marmota*, inicia uma série de reflexões – *O passado, o presente e o futuro da literatura*⁴² – que tem por foco as relações entre circulação da cultura através da escrita de expressão artística (literatura) e a formação e consolidação de uma nação soberana (política): “A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas das agitações revolucionárias”.

Mais adiante, no mesmo ensaio, dizendo dos momentos seguintes à Independência, o crítico afirma que dois tronos se apresentavam à D. Pedro I: “um cheio de tradições e glórias; o outro, apenas saído das mãos do povo, não tinha passado, e fortificava-se só com uma esperança no futuro”. O Brasil independente seria a expressão da juventude, a ele estaria reservado um porvir. A política havia feito a sua parte – o “*fiat* político” – e tornado o país independente de Portugal, uma reino “cheio de tradições e glórias”. Quanto à literatura, faltava a emancipação, pois permanecia presa aos padrões europeus: “Para esta não há gritos de Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado”.

Quando deste ensaio, o romance de Manuel Antonio de Almeida já havia sido dado ao público. *Memórias de um sargento de milícias*, no entanto, narram acontecimentos de um período anterior: “Era no tempo do rei”, diz a sua primeira frase, ou seja, depois da chegada da corte portuguesa, em 1808 e antes de 1822. A antiga cidade colonial do Rio de Janeiro abandonava sua pacatez, se tornando sede do reino português. Um tempo de intensas transformações demográficas e modernizações necessárias ao funcionamento da burocracia estatal. Com população estimada entre 43 e 50 mil habitantes, a cidade passou a abrigar um conjunto de tribunais, conselhos, câmaras e outros órgãos destinados a gerir o reino, além da Junta de Comércio, o complexo Poder Judiciário, os cursos de Direito e a Intendência Geral da Corte, encarregada da ordem, da polícia e das obras públicas na cidade. Para compor os quadros destas instituições, 15 mil portugueses com seus hábitos metropolitanos e cortesãos foram transplantados

⁴²OC, pp 785-789.

para a colônia, elevando bruscamente, na cidade, o patamar de renda, a oferta de empregos, a exposição de riqueza, alterando costumes e procedimentos.

E mais: entre 1808 e 1822 foi registrada a fixação de 4.234 estrangeiros, sem contar os seus familiares. Foram 1.500 espanhóis, 1.000 franceses; 600 ingleses, centenas de alemães, italianos, suíços, suecos, holandeses etc⁴³. A criação da *Impressão Régia*, em 13 de maio de 1808, era vista por muitos como o primeiro passo para a circulação e organização do mercado da palavra escrita. De seus prelos, além de documentos para servir à burocracia, saíram livros e jornais. As livrarias (instalações comerciais que vendiam uma série de quinquilharias e alguns livros) eram apenas duas, mas em 1810, eram seis e, em 1820, dezesseis. Além dela, a abertura dos portos ao comércio com outras nações, a Guarda Real, a iluminação pública com óleo de baleia, o primeiro Banco do Brasil, a fábrica de pólvora, o Jardim Botânico, os livros da Biblioteca do Rei e os prelos são algumas das muitas outras novidades.

Compondo o cenário da cidade, na periferia dos círculos cortesãos, os serviços domésticos e públicos; trabalhos manuais e fabris; atividades no comércio lojista e ambulante empregavam os setores médios da população, os trabalhadores de remuneração precária e a escravaria. Este universo de homens e mulheres, muitos expulsos dos canaviais decadentes do nordeste do país e recém-chegados na cidade, tentavam se adaptar à nova realidade. Pelas memórias de Leonardo – filho de Leonardo Pataca, português que se tornara meirinho na corte de D. João – perpassam cenas deste ambiente popular, dominado por fados, modinhas e lundus que animavam patuscadas quase sempre interrompidas pelas forças da ordem, comandadas pelo Major Vidigal.

Alcançada a independência, algumas questões que pautavam movimentos emancipacionistas passam a ser reivindicadas e ganham força. Se, no entanto, o fim da censura e do monopólio de impressão e a adoção de um modelo constitucional davam ares liberalizantes ao primeiro império, a manutenção do sistema escravista colidia com as pretensões da jovem nação. O imenso contingente de escravos, de trabalhadores servis recém alforriados, de estrangeiros – parte deles dedicados às atividades do comércio ou ligados ao latifúndio –, além das populações indígenas sobreviventes, punham dúvidas quanto à consolidação

⁴³LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 76 e 77.

de um sentido de povo, de cidadania, de nação, inquietando, sobretudo, setores de elite identificados com ideais liberais e iluministas: o Brasil era um país de africanos *desafricanizados*, de europeus *deseuropeizados* e de índios *distribalizados*. Por outro lado, a resistência à exigência inglesa de interromper o tráfico de escravos vindos da costa africana, aos ouvidos das classes que dominavam o setor agro-exportador – ainda base da economia – soava como um grito do Ipiranga. Podiam até desejar um Estado descentralizado em que o poder dos dirigentes locais ofuscasse as ações de um governo central, mas não abriam mão do sistema escravista que a cada dia despejava levadas de escravos.

Brás Cubas, por sua vez, nasceu em 1805, numa família, se não nobre, com recursos suficientes para aspirar à corte e dela se aproximar. Em 1822 conheceu seu primeiro amor: Marcela o amou “durante quinze meses e onze contos de réis”. Da decepção amorosa à morte, em 1869, excetuando os anos que passara na Europa, viveu na cidade do Rio de Janeiro, freqüentando o teatro, os salões e a ante-sala do poder imperial. Entre memórias, travessuras, patuscadas, amores perdidos e bailes elegantes, intensas transformações se sucederam no tempo narrado por um filho de meirinho que veio a se tornar sargento e por um defunto que não deixou herdeiros para o legado da “nossa miséria”.

Aos homens que dedicaram suas penas à escrita daqueles dias, tais transformações, no entanto, podem não ter significado, necessariamente, um grito do Ipiranga para sua arte. Tentar compreender a experiência que estes indivíduos puderam ter destas transformações é, talvez, uma forma de tentar entender o que perdura de suas angústias, impasses e constatações, entre estas, de que escreviam para poucos: “dez? Talvez cinco”. Os dias vividos por Leonardo e Brás Cubas, e os outros que se sucederam até fins do século XIX, marcaram, no Brasil, a chegada da imprensa, a independência política e uma maior circulação das idéias, da cultura e da escrita. Isso, no entanto, não teria sido suficiente para constituir um público leitor. Havia leitores, de certo, e teria sido possível organizar, ainda que precariamente, um mercado composto por produtores, mediadores e consumidores de livros e periódicos. Mesmo isso, ao que parece, não foi suficiente para se constituir um conjunto heterogêneo de indivíduos íntimos à escrita – adultos ou crianças, homens ou mulheres, trabalhadores intelectuais ou manuais, membros do povo ou da elite: íntimos a ponto de fazer da escrita um instrumento de diálogo entre diferentes experiências e vivências. Destacar aspectos daquelas memórias e

esquecimentos e de outros textos que nos foram legados, mais do que buscar origens, pode ser uma tentativa de identificar o que, hoje, permanece de uma prática transformadora que não inclui dentre suas transformações um universo além de uma minoria.

A partir de 1850, já sob o governo do jovem imperador Pedro II, cessa, enfim, a importação de mão-de-obra escrava. Capitais antes empenhados naquela atividade migraram para o comércio, para o setor financeiro e para outras fontes de lucros e de caráter tipicamente urbano. Além destes, explorando este filão, investimentos europeus – notadamente portugueses; franceses e ingleses – ingressaram na economia, dando-lhe ares de aparente pujança. A euforia, no entanto, encontra opositores. Em 1859, o relatório do ministro Ângelo Ferraz dá o tom das inquietações dos setores ligados ao latifúndio: “Os costumes dos brasileiros, pela maior parte, eram simples no extremo” – e prossegue – “de uma frugalidade exemplar. Não era possível que essa cobiça comercial, esse monstro corruptor, corrompesse por um *coup de main* os bens fundados em hábitos de séculos⁴⁴”. O ministro do Império parecia saudosos.

Na avaliação do latifúndio, o fim do comércio de escravos e os investimentos urbanos seriam um prenúncio de crise política e econômica, uma vez que traziam perda de competitividade na exportação de produtos agrícolas, ameaçando pôr em desordem uma nação recentemente declarada independente de Portugal. Atento a tais questões, o *Relatório Ferraz* pode ser lido como um esforço de preservação “do espírito conservador” que defendia a permanência da tradição escravista, agrária e exportadora:

Antes bons negros da costa da África para cultivar os nossos campos férteis do que todas as tetéias da Rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil-réis, para as nossas mulheres; do que laranjas a quatro vinténs cada uma em um país que as produz quase espontaneamente, do que milho e arroz, e quase tudo que se necessita para o sustento da vida humana, do estrangeiro; do que finalmente empresas mal-avisadas, muito além das legítimas forças do país, as quais perturbando as relações da sociedade, produzindo uma deslocação de trabalho, têm promovido mais que tudo a escassez e alto preço de todos os víveres⁴⁵.

⁴⁴Apud: PRADO JR, 1957 p. 87 e 88.

⁴⁵Ibidem.

Sem dúvida, o *Relatório Ferraz* é um precioso documento dos impasses e contradições vivenciados entre as elites do país. Quanto aos homens de letras, Machado de Assis – que tantas vezes repetia não entender nem se interessar por política – tinham outra preocupação: não havia leitores, “nem cinqüenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco”.

A tradição herdada dos tempos coloniais estava em confronto com uma outra que se pretendia fosse criada e que tinha como fonte os de setores da elite urbana. Nos anos da década de 1850 o pêndulo tendia para o lado dos liberais, das classes endinheiradas ligadas ao comércio e às finanças. Isso, no entanto, passadas três décadas, não teria significado, para o criador de Brás Cubas, a criação de um público leitor, tal qual vinha ocorrendo nos centros hegemônicos da Europa, desde fins do século anterior. Ainda assim, em terras brasileiras, a “República das Letras” investia nos valores intelectuais e estéticos, visava definir uma origem; uma nacionalidade, apostava na palavra escrita, não apenas naquela da administração pública, mas, fundamentalmente, numa outra que circularia nos jornais e nos livros. Ao abordar um ambiente oposto ao descrito por Manuel Antonio de Almeida – dominado por “gente operária, de baixa burguesia, ciganos, suciantes e granadeiros”⁴⁶ – Machado de Assis sugere que mesmo nos setores médios ou endinheirados da população, entre pessoas “frívolas” ou “graves” que sabiam ler e tinham recursos para comprar livros, leitura era hábito de poucos: “Dez? Talvez, cinco”.

As memórias de Leonardo, no entanto, talvez possam oferecer alguns indícios das razões que faziam o bruxo alusivo e zombeteiro supor tal escassez. Filho do meirinho Leonardo Pataca com a quitandeira Maria da Hortaliça, Leonardo fora batizado pela própria parteira e por um vizinho barbeiro. O pai havia sido algibebe em Lisboa: “aborrecera-se, porém, do negócio, e viera ao Brasil. Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego”. Sua mãe veio no mesmo navio e na travessia se deu o encontro que teria o futuro sargento de milícias como rebento:

⁴⁶Cf: ANDRADE, Mário. Introdução da edição de *Memórias de um sargento de milícias*, Brasília, UnB. 1963, p. –XV.

Ao sair do Tejo, estando a Maria encostada à borda do navio, o Leonardo fingiu que passava distraído por junto dela, e com o ferrado sapatão assentou-lhe uma valente pisadela no pé direito. A Maria, como se já esperasse por aquilo, sorriu-se como envergonhada do gracejo, e deu-lhe também em ar de disfarce um tremendo beliscão nas costas da mão esquerda (p. 05).

Fruto de uma pisadela e de um beliscão, com a separação dos pais, Leonardo foi posto para fora de casa com um pontapé. Naquela ocasião, o menino tinha sete anos de idade e enquanto seus pais trocavam insultos e sopapos, assistia a cena “com inabalável sangue-frio” e “ocupa-se em rasgar as folhas dos autos (que o pai) tinha largado ao entrar”. Sua criação foi entregue aos padrinhos e suas memórias estão repletas de brincadeiras travessuras, patuscadas, namoros e prisões.

No episódio da separação do casal, a escrita, tantas vezes saudada como sagrada, foi transformada em simples papel, servindo de brinquedo nas mãos do menino. Eram papéis da administração pública, mas, nas *Memórias de um sargento de milícias*, o ambiente de descaso com o mundo da escrita não se limitaria a este gesto.

Por outro lado, o padrinho de Leonardo alimentava “castelos no ar”, fazia planos para o futuro do menino e, por isso, quis ensiná-lo, em casa, as primeiras letras, “porém, por primeira contrariedade, este (Leonardo) empacou no F, e nada o fazia passar adiante”. Isso, no entanto, não diminuiu o ânimo do barbeiro: o ofício de meirinho do pai não tinha muita distinção; quanto ao seu próprio, não queria que seu afilhado se fizesse “escravo dos quatro vinténs dos fregueses”. Insistente, sonhava com Coimbra:

(...) mas que diabos fará ele em Coimbra? Licenciado não: é mau ofício. Letrado? Era bom ... sim, letrado ... mas não; não, tenho zanga a quem me lida com papéis e demandas ... Clérigo? ... um senhor clérigo é muito bom ... é uma coisa muito séria ... ganha-se muito ... pode vir a ser cura (p. 16).

Brás Cubas, ao contrário de Leonardo, embarcou para Coimbra, por imposição do pai, que também tinha sonhos. “Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político ou até bispo”. Machado, no entanto, não poupava ironia aos que podiam sonhar mais alto. Também entre a elite, a escrita podia ser uma mera brincadeira, como fora para o menino Leonardo: “Tinha eu (Brás Cubas) conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um

acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico”.

O padrinho de Leonardo sonhava que ele se tornasse um clérigo. Brás Cubas tinha um tio que o queria fazer bispo; um outro, “Bonaparte”; seu pai achava que ele poderia ser o que Deus quisesse e o enviou para Coimbra para escapar de um amor sem futuro promissor. Leonardo, do abecedário, só alcançou a letra F. Brás Cubas, sobre a universidade diz, em suas memórias, o que aproveitou:

Não digo que a Universidade me não tivesse ensinado alguma; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim: embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a História e a Jurisprudência. Colhi de todas as coisas a fraseologia, a casca, a ornamentação, que eram para o meu espírito, vaidoso e nu, o mesmo que, para o peito do selvagem, são as conchas do mar e os dentes de pessoa morta (p. 80).

Mesmo que não se considere tais descrições como indícios do desprezo reservado à cultura escrita, resta ainda a possibilidade de se pensar o tratamento reservado ao ensino público. Na Europa, a escolarização em massa da população fazia ampliar o público leitor. No Brasil escolarização popular permaneceu letra morta, pelo menos no que toca as iniciativas dos governantes. Tal fato pode ser observado no tempo do rei e ao longo de todo o século XIX. A corte joanina – é verdade – trouxera os primeiros cursos técnicos e superiores, que terão função fundamental na construção de especializações necessárias às atividades econômicas e administrativas, embora Coimbra e outras universidades européias fossem ainda opção mais apropriada de manutenção de prestígio ou de ascensão social. A educação formal, no entanto, mesmo aquela dedicada ao ensino das primeiras letras, insistia em se manter restrita às classes senhoriais. Depois da Independência, apesar de esporádicas iniciativas nunca levadas a termo, foram nulos qualquer compromisso de alargar sua oferta. Prova disso é que, em 1824, a primeira Constituição Brasileira, trazia em seu artigo 179 que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, mas, em 1865, no Rio de Janeiro, para uma população livre estimada em 300.000 indivíduos; estando 42.857 em condições de receber instrução; apenas 7.557 homens e mulheres estavam nas

escolas públicas ou privadas⁴⁷. Talvez venha daí a constatação de que o autor escreve para poucos abnegados: “Dez? Talvez cinco”.

O quadro de escassez de leitores e de leitura, sobretudo, erudita sublinhado por Machado de Assis parecia não diferir muito daquele pintado pelos viajantes europeus que, desde os tempos coloniais, julgavam estar diante de uma gente dispersa e alheia à civilização. Em sua *Carta*, o escrivão Caminha já dissera de desencontros entre civilização e barbárie, “Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém”⁴⁸.

A ocupação portuguesa, ao pretender transpor para a colônia os seus “venenos”, ameaçou ou mesmo aniquilou as tradições das populações autóctones. A serviço daquela catequese, destacavam-se os jesuítas, conhecidos por seu apreço à erudição, apesar disso, François Froger – um renomado oficial da marinha francesa que esteve no Rio de Janeiro, em 1695, comentava, com desdém, as condições da escrita que aqui encontrou entre o clero: “eles vivem na mais absoluta ignorância e pouquíssimos sabem latim. Temo que eles nos façam assistir, em breve, ao incêndio de uma nova Sodoma”⁴⁹.

Em 1711, munido de 250 cópias em português do Evangelho de São Mateus, o tipógrafo e missionário luterano Jonas Finck chegou ao Rio de Janeiro e presenciou o ataque do capitão francês Duguay-Trouin. A parte os contratemplos, o missionário não recuou de suas intenções evangélicas e escreveu à Sociedade de Promoção do Cristianismo, da qual era colaborador:

Não posso falar do estado da religião nessa parte do mundo, sem sentir um pouco de compaixão por esse povo perdido na escuridão e mergulhado na ignorância. O clero é tão inculto que, entre dez desses homens de Deus, é com dificuldade que se encontra um capaz de ler o Missal em latim⁵⁰.

Como se sabe, os seguidores de Lutero promoveram várias edições impressas da Bíblia em vernáculo, para que esta pudesse ser lida por pessoas do povo e não somente pelos representantes de Deus. O missionário argumentava, no

⁴⁷VANILDA, PAIVA. *História da educação popular no Brasil*. São Paulo, Loyola, 2003, p. 80.

⁴⁸CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El-Rei D. Manuel*. São Paulo, Dominus, 1963, p. 38.

⁴⁹Apud: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro, Eduerj & José Olímpio, 1999, p. 49 – 55. Os relatos dos viajantes que se seguem, assim como as informações sobre seus autores, foram extraídos desta mesma antologia.

⁵⁰Idem, p. 66 -74.

entanto, que “Ainda que admitamos que os religiosos possam ser bons e prestáveis sem saber latim, julgo que o conhecimento de tal língua em muito ajudaria a ter acesso à sabedoria contida na Divina Escritura”. Sobre os livros e a circulação da “sabedoria” nas possessões portuguesas, diria o viajante:

Quando manifestei o desejo de adquirir um exemplar, em língua portuguesa, da obra *Christian Patter (A Imitação de Cristo)*, de Thomas-à-Kempis, notei que nenhum deles tinha ouvido falar. (...) Aliás, nesse país, encontrei poucos livros que merecessem ser comprados⁵¹

A julgar pelas anotações de um outro viajante, já em fins do século XVIII – quando ler se torna, na Europa, uma atividade comum, mesmo entre pessoas do povo –, na América Portuguesa, a escrita ainda mantinha muito de seu caráter enigmático. Friedrich Ludwig Langstedt, em 1782, anota que muitos dos membros do clero podiam reproduzir os sons representados pela escrita, mas disto não podiam realizar nenhuma interpretação, ou seja, o conteúdo dos livros que possuíam permanecia inacessível àqueles homens. Langstedt, que era capelão de um navio inglês que aportara no Rio de Janeiro, observa a existência de diversos títulos em latim entre os livros da biblioteca do Convento de Santo Antônio, mas de suas conversações com os frades, conclui:

Apesar de possuírem uma biblioteca considerável, pouco desses dignos padres eram capazes de compreender o latim, isso para não falar do grego e do hebraico. Perguntei a um frade, que me mostrou o seu *Missale Romanum*, se todos os religiosos eram capazes de entender tal livro. Não, respondeu-me ele num latim apertuguesado, e completou: basta que possamos lê-lo⁵².

Ler, nesse caso, representaria tão somente a identificação e a memorização dos fonemas, prática disseminada na Europa, nas instituições religiosas e de ensino, durante o período que se sucede a queda de Roma e que começa a ser abalada com a criação das primeiras universidades medievais. Segundo o viajante, no Brasil do século XVIII, tal prática ainda estava intacta.

Penso, no entanto, ser prudente não confiar de totalmente nestes relatos que, em grande medida, remetem, quase todos, para um estado geral de ignorâncias, iletramento e desprezo pela “sabedoria”, pelo conhecimento e pela

⁵¹Ibdem.

⁵²Idem, p. 166-174.

erudição. É certo que ao ambiente colonial faltavam condições materiais para que a escrita circulasse com desenvoltura. Não era só a ausência de prelos, como se poderia supor. Faltavam estradas para circulação de homens, coisas e idéias, mas isso não era tudo. Um sistema produtivo baseado no monopólio de comércio com a metrópole, na supremacia do latifúndio e das atividades agro-exportadoras e, sobretudo, no trabalho escravo ou servil, não reunia condições para o desenvolvimento de um público leitor. Neste sentido, a escrita se mantinha reclusa, em oposição às idéias de iluminação e plena circulação de idéias – valores caros a uma Europa que se pretende iluminada e liberal. A oralidade, a música, a dança e o artesanato, na América Portuguesa, se impunham à escrita e o artesanal ao produto industrial que, nos países centrais da Europa, impulsionavam o Liberalismo e o Iluminismo. Naquele final do século XVIII, no entanto, nas férteis terras da colônia portuguesa na América, alguma coisa, além do ouro e do açúcar, parecia emergir, se não em profusão, ao menos em veios tênues.

O sistema escravista, o latifúndio, o analfabetismo, a dependência econômica e política, a escassez dos transportes e a precariedade dos equipamentos tecnológicos estavam longe de ser superados. É possível, no entanto, que um tipo novo de leitor tenha podido surgir, desafiando ameaças e devassas. Aqueles leitores podiam estar presos ao ambiente colonial e às casas senhoriais distantes da modernidade europeia, mas talvez tenham sido eles que, naquele território, tenham se tornado os primeiros descobridores da leitura, coisa tantas vezes tida como coisa rara, nos tempos coloniais, no Brasil imperial e ainda hoje.

Havia livros na América Portuguesa, alguns eram copiados à maneira das antigas oficinas monásticas, outros, trazidos da Europa, estavam abrigados nas ordens religiosas. Além do Colégio da Bahia, havia bibliotecas, no Maranhão, no Pará, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Espírito Santo. Quando de sua expulsão do Brasil, em 1757, depois de dois séculos de atividades pedagógicas, os jesuítas haviam acumulado 15 mil volumes de livros⁵³. Tal número, no entanto, diz pouco sobre a leitura no país. Quem eram os leitores? Como liam? O que liam? São perguntas que os algarismos não têm como responder integralmente.

⁵³ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador, UFBA & Ilhéus / BA, UESC, 1999, p. 34.

Partindo de um minucioso trabalho de mapeamento de fontes documentais, Jorge de Souza Araújo, oferece alguns traços do Leitor Colonial. De tais documentos, o historiador extrai informações que o permitem concluir que, na América Portuguesa, os possuidores de livros eram, sobretudo, padres, militares, médicos e bacharéis⁵⁴. Amparado em suas fontes, o pesquisador sugere que “Não existe, talvez, no Brasil (colônia), o leitor que tome o livro como sujeito, como canal de fruição, como prazer em si mesmo”⁵⁵. Tal afirmativa do autor se baseia no fato de que “é vultosa a quantidade de obras presas às matérias da Religião e, em segundo e terceiro lugares, às das Ciências do Direito e da Saúde”⁵⁶.

A parte disso, o período situado entre a *Carta de Caminha* e a *Carta Régia* de D. João VI, autorizando o funcionamento dos prelos no Brasil, marca um instante em que ler era privilégio de poucos e, mesmo havendo livros e quem os lesse, faltava certas condições para que um tipo de leitura florescesse. Era necessário, no entanto, mais que simples suporte tecnológico e as inovações trazidas pela corte joanina não teriam bastado.

Não se trata de desprezar o invento de Gutenberg, ou qualquer outra inovação tecnológica. Certamente, o aparecimento do livro impresso foi decisivo para a consolidação de um novo tipo de leitor, diferente do escolástico, mas o leitor que surge na modernidade europeia – o Leitor Moderno – foi construído ao longo de séculos de convívio com a escrita e foi estimulado, em grande parte, por movimentos que sinalizavam reformas e rupturas em outros aspectos da vida social.

É famosa a passagem em que Agostinho descreve Ambrósio lendo solitária e silenciosamente códices manuscritos. Entre os primeiros universitários do século XIII já haveria uma mudança de mentalidade sobre o escrito⁵⁷. Na Europa pós Gutenberg, os prelos sem dúvida, contribuíram para a multiplicação e circulação de textos sobre os mais diversos temas, mas técnicas e tecnologias podem, quando muito, pavimentarem rotas já imaginadas ou sonhadas. Os primeiros humanistas estariam decididos a fazer da leitura um exercício de confronto entre interpretações diversas e até antagônicas. A leitura dos eruditos da modernidade

⁵⁴Idem, p. 253.

⁵⁵Ibidem.

⁵⁶Idem, p. 254.

⁵⁷Sobre isso ver Le GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo, Cia das Letras, 2003.

européia se inseria numa prática que perdurava desde Abelardo (1079-1142) e que se amparava, sobretudo, na valoração da escrita como instrumento de troca, de conversação e não mais de conservação de uma Verdade. Esta forma de ler, ao tornar-se objeto de troca de informações e saberes entre indivíduos de experiências, vivências e procedências diversas, tornou-se, além de opção individual, um ato social.

Talvez fosse isso que Machado de Assis julgava ser quase inexistente no Brasil, mesmo depois de meio século de independência. O esforço de transpor o Brasil da periferia do capitalismo para uma condição de proximidade com os centros hegemônicos europeus ocupou sua pena sempre atenta e o romancista lamentava a inexistência de leitores. Machado lamentava a falta de autonomia do autor e, além disso, os obstáculos à consolidação de uma sociedade soberana, de uma “República das Letras” ilustrada e atenta às modernizações em curso na Europa. O Brasil que Machado de Assis conheceu havia incorporado as técnicas de circulação da cultura através da tipografia, as cidades não eram mais as mesmas dos primeiros anos do século, a escrita estava nas repartições públicas, nos jornais e na constituição que geria o país. Leitores, no entanto, eram poucos: “dez? Talvez cinco”.

A erudição era rara e as luzes desprezadas. Quando muito, persistia uma falsa erudição, um verniz a serviço de ambições sociais – como confessava o defunto Brás Cubas. Aos homens em busca de ilustração, restava solidão, dificuldade de encontrar interlocutores e, muitas vezes, dificuldades de sobrevivência, atenuada, somente, pelo exercício de atividades da burocracia, pela escrita de frivolidades ou pela subserviência aos poderosos.

Numa crônica da série *Bons dias*, de 1888, Machado narra o diálogo entre dois condutores de bonde. Um deles diz ter apanhado apenas alguns poucos passageiros. “Fiz uma viagem à toa; apenas pude apanhar um carapicu” – diz o condutor. O cronista, assíduo dos bondes e atento aos acontecimentos do cotidiano da cidade, se apropria da metáfora e conclui: “Aí está o que é o leitor; um carapicu”. A analogia parece clara: em tempos de modernizações, o bonde é meio de transporte de indivíduos; o livro é produto industrial, meio de circulação

de idéias. Em ambos, há apenas alguns poucos usuários, uns carapicus. “Como metáfora, é bonita; e podia ser pior”⁵⁸.

Hélio Seixas Guimarães se faz valer dessa crônica e de uma outra escrita por João do Rio, em 1906, e que traça a cena de “Um preto de balaio no braço a vender romances”. Para Guimarães, as condições de circulação do livro pouco teriam se alterado durante todo o período compreendido entre a instalação dos primeiros prelos, 1808, até a data de morte de Machado de Assis, 1908. “A imagem, que poderia ser atribuída à maledicência contra os fundadores do romance nacional, tem fundamento histórico”, diz Guimarães⁵⁹. Por outro lado, não seria prudente desconsiderar certos números que indicam o aumento dos estabelecimentos comerciais que vendiam ou produziam livros. Além disso, no mesmo período, certas evidências apontam para o surgimento de novos leitores e novas formas de leitura.

Apesar de escassos, e muitos proibidos pelas autoridades a serviço do rei ou de Deus, havia livros no Brasil colônia. Por sua vez, os leitores que puderam se constituir naquele ambiente seriam mais íntimos de um *corpus* limitado e canônico. Vivendo na periferia da modernidade européia, aqueles leitores estariam distantes da possibilidade de uma leitura extensiva. A ausência de prelos e as precárias condições de circulação da cultura impediam que textos das mais diversas procedências e versando sobre os mais diversos assuntos atingissem os leitores. Lia-se em reclusão, debruçando-se sobre um texto com respeito e deferência. Seriam estes os leitores coloniais?

Depois de 1808, jornais eram impressos e circulavam no país, com anúncios e notícias. Com o fim do monopólio de impressão, artigos políticos, novelas, poesias e crônicas ganham cada vez mais destaque nos periódicos que, ainda que efêmeros, surgiam a cada dia. Além deles, havia os livros, importados e os produzidos nas pequenas gráficas existentes. No Rio de Janeiro, as livrarias, em 1801, eram duas apenas, em 1850 eram doze e, no final do século, contava-se 45 delas⁶⁰. Também não se deve desprezar o empenho do próprio Pedro II, conhecido pela sua “generosidade” com os literatos, oferecendo bolsas de estudo, viagens ao

⁵⁸OC, p. 499 e 500.

⁵⁹GUIMARÃES, Hélio Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo, Edusp, 2004. p. 59.

⁶⁰HALLIWELL, 2005, p. 121.

exterior, sinecuras, edições de livros, subsídios, quando não, comendas que serviam para realçar o prestígio do autor⁶¹. A parte disso, em 1880, a pena de Machado de Assis não deixava dúvida quanto ao grande impasse para se estabelecer um público leitor mais amplo, tornando a leitura um ato social: os leitores seriam poucos, “nem cinquenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco” carapicus.

O Brasil da segunda metade do século XIX esforçava-se para se incluir no seleto clube das nações civilizadas. Isto significava consolidar uma identidade nacional. A literatura, a cultura escrita difundida entre cidadãos, seria instrumento fundamental para o reconhecimento de uma nacionalidade, de uma modernização, de um progresso. A escassez de público leitor, no entanto, era mais que um impasse, seria um imenso obstáculo. O resultado do censo escancarou uma realidade que Machado de Assis não deixaria passar despercebida. Em crônica publicada em 15 de setembro de 1876, sua pena zombeteira supõe um diálogo com o algarismo responsável pelo censo:

- Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Peço à nação que decida entre mim e o Sr. Fidélis Teles de Meireles Queles; ela possui nas mãos o direito a todos superior a todos os direitos.

A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:

- A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porque nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.

Replico eu:

- Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições...

- As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação"; mas; "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: "Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem..." dirá uma coisa extremamente sensata.

⁶¹O próprio Machado de Assis, em 1867, foi agraciado com a *Ordem da Rosa*, no grau de cavaleiro, e nomeado, a 08 de abril, ajudante do diretor do Diário Oficial, exerce o cargo até 06 de janeiro de 1874.

E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos e ele tem o recenseamento⁶².

O cronista percebe a nação fragilizada, sua soberania ameaçada, e se vê sem argumentos diante do algarismo: como fazer nascer o Leitor Moderno? Como fazer literatura? Como formar cidadãos, fazer existir um povo, uma nação? Tais indagações parecem se repetir.

Envolto nas mesmas questões, já no período republicano, Adolfo Caminha ressaltava que não pretendia estabelecer paralelo entre o Brasil e a França, “cuja literatura é uma das mais opulentas do mundo”. Apesar disso, lamenta que no Brasil, “as letras não chegaram ao seu maior grau de desenvolvimento e o número de escritores constitui um algarismo quase nulo”. Na França – credita o autor – “os escritores vivem de seus livros, de sua pena, e chegam mesmo a enriquecer, quando a simpatia pública os protege”. Enquanto isso, o romancista brasileiro, por viver num país em que “a literatura está longe de ser uma profissão”, por necessidade, “além de romancista, é empregado público”⁶³.

O texto de Adolfo Caminha é de 1894, o século XIX findava, a Europa vivia a “era de ouro da escrita” e no Brasil um escritor de razoável sucesso – havia publicado *A Normalista* – não teria como viver de sua pena. Assim sendo, que instrumentos serviriam para fazer circular um discurso? De que forma a cultura seria partilhada por um mundo de poucos ou raros escritores? Ou, como supunha Machado, um mundo de minguidos carapicus?

Os viajantes dos primeiros séculos podiam ter seus motivos para duvidar da possibilidade de a escrita se firmar entre os habitantes do Novo Mundo Português. Muitos, além dos preconceitos, traziam uma indisposição que ia além do fato de estarem mareados pela ruidosa travessia. Entre os já citados, François Froger não encontrou boa receptividade por parte do então governador Sebastião de Castro Caldas. O protestante Langstedt era opositor do clero fiel à Roma. Muitos não conseguiam disfarçar a certeza de sua superioridade em relação aos habitantes de uma terra que, apesar de ser bela, cultivava uma cultura em estado de degenerescência, repleta de primitivismos e com um corpo eclesial que

⁶²OC, p 344 e 345.

⁶³CAMINHA, Adolfo. “Editores”. In: *Cartas literárias*. Fortaleza / CE, UFC, 1999, p. 119 - 125.

desconhecia os dogmas canônicos. Eis alguns trechos das impressões do francês M. De La Flotte que, em 1757, visitou o Rio de Janeiro:

(...) monge sobe no púlpito, e faz um discurso. Essa pregação, porém, é totalmente inútil, pois os fies de ambos os sexos estão mais interessados em marcar um encontro do que em ouvir o sermão.

(...) quando, no meio de um dos atos, entraram duas meninhas vestidas de anjo e cantando as Ladainhas de Santa Ana, confesso que fiquei surpreendido. Essa bizzaria, sem dúvida, tem sua origem na idéia de que todo o mal pode ser remediado desde que se reze um rosário ou se cante uma ladainha⁶⁴.

Em toda América Colonial, ao contrário das ordens monásticas, as missões, sobretudo os inacianos, confirmavam uma vontade de inserção da Igreja em espaços mais amplos, o que significava envolvimento no mundo social e profano. A expansão do Ocidente, que se deu após as conquistas de além-mar, instaura uma ação evangelizadora que em muito se difere daquela que marcou os mosteiros medievais europeus, pois se a palavra de Deus tinha que falar ao monge, através da leitura atenta dos textos canônicos, naquele Novo Mundo ainda por se civilizar, se ocidentalizar, se cristianizar, o verbo divino teria que se disseminar através de uma missão. Desta forma, o sacerdote, fora do ambiente monástico, não é somente um receptor iluminado, mas um mediador da cultura. Ora, num mundo iletrado, habitado por selvagens e europeus distantes dos centros hegemônicos, esta palavra tinha que ser reproduzida por meios diferentes da escrita. Cânticos, ladainhas e encenações teatrais que escandalizavam o viajante pareciam um meio eficiente de evangelização.

Enquanto, na Europa, a escrita assumia centralidade, no Novo Mundo, desenvolvia-se a oralidade e as expressões visuais. Pelo menos foi isso que constatou, em 1764, o comodoro da Marinha Britânica John Byron – avô do poeta Lorde Byron. Além de mencionar as belezas da cidade, a fertilidade do solo e a riqueza da fauna e da flora, também fez referência ao caráter religioso da população:

⁶⁴FRANÇA, 1999, p. 102-107.

As igrejas e os conventos são magníficos. Tudo neles é próprio para atuar sobre a imaginação dos frequentadores. Nos frontais dos altares e em outras partes da sua estrutura, estão colocadas várias imagens de Nosso Salvador, da Virgem, dos apóstolos e de uma série de outros santos⁶⁵.

Dessas edificações, monumentos e imagens tem-se hoje o testemunho de suas imponências, riquezas e exuberância. Cidades como Salvador, Olinda, Vila Rica (Ouro Preto) e outros centros da mineração, além do Rio de Janeiro – sede do governo – têm como herança este patrimônio, sugerindo que através dele circularia o discurso civilizatório europeu. Não só isso, por ser escassa a escrita, a música – cânticos e ladainhas – a dança, a oratória “tosca” de um clero “despreparado” e “identificado mais com certas práticas bárbaras e pagãs” compunham um universo dominado pelo áudio-visual que, ao olhar de homens que criam viver o século das luzes, aqui teria dado características próprias à cultura.

No tempo do rei, ou seja, depois da imprensa, este quadro não teria se alterado, entre os setores populares. Pelo menos é o cenário descrito por Manoel Antônio de Almeida em suas *Memórias de um sargento de milícias*, que nos mostra um ambiente de desprezo à escrita e de muita musicalidade. Por outro lado, nos setores médios ou mais abastados da população, o teatro se consolidava como forma de lazer público.

A partir disso, o mundo das ruas ganha maior relevo, como local de diversão e vida social. No Rio de Janeiro, em 1837, o *Circo Olímpico* apresentou o primeiro elefante; no *Hotel Pharoux*, em 17 de janeiro de 1840, ocorreram as primeiras exposições de fotografias; o café concerto *Alcazar*, fundado em 1859; tornou-se ponto da vida boêmia; desde 1839 os jornais anunciavam orquestras para bailes e, em 1842 é fundada uma sociedade recreativa alemã, *Germânia*, com mesas de bilhar e outros jogos. O primeiro baile carnavalesco data de 1840, no *Hotel Itália*. Em 1868, existiam no Rio de Janeiro 14 sociedades recreativas; depois serão fundadas outras do gênero, como a *Sumidades Carnavalescas*, em 1850; *Tenentes do Diabo*, em 1858; os *Fenianos* e os *Democráticos* em 1867. A versão popular do carnaval, depois proibido, ocupa as ruas com o Entrudo. Deste

⁶⁵Idem, p. 108-113.

movimento surgiam atividades profissionais ligadas ao lazer, muitos recrutados entre a população negra ou mestiça.

Numa sociedade profundamente desigual, é de se esperar que os setores periféricos encontrem mecanismos próprios de participação na vida social, criando instrumentos políticos, econômicos e culturais contrastantes às classes dominantes. Assim sendo, a escrita valorizada pelas elites – fosse por seu uso na burocracia, na circulação de informação e conhecimentos, no culto à erudição ou como mero passatempo –, nos setores populares, cede seu lugar de centralidade para outras formas de expressão. Entre as elites brasileiras, o cenário narrado pelos viajantes europeus se reproduzia em relação às linguagens e práticas dos setores populares. Haveria uma oposição entre escrita civilizada e barbárie iletrada ou de usos impróprios da escrita, consolidando a imagem de um território dominado pelo “arremedo e degeneração dos valores ocidentais”.

Em *O passado, o presente e o futuro da literatura* – citado anteriormente⁶⁶ e que pretende realizar um balanço da literatura no Brasil, Machado de Assis comenta a atuação e dificuldades de seus fundadores: “O ostracismo e o cadafalso não os intimidavam”. Para o ensaísta, os pioneiros da escrita nacional, “verdadeiros apóstolos do pensamento e da liberdade”, vivendo num território submetido à dominação portuguesa, desempenharam a tarefa de iluminar homens abandonados no degredo e na ignorância. Aqueles homens teriam criado as condições fundamentais para a construção de um país independente. Sobre a literatura daqueles tempos, no entanto, o ensaísta percebe um “caráter essencialmente europeu (...) escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América”. Machado acreditava que, para mudar este estado das coisas, seria necessária “uma revolução intelectual”. Ressalva, entretanto, *O Uruguai*, de Basílio da Gama: “se não puramente nacional, ao menos nada europeu”. Além deste, nos primórdios da literatura brasileira teria se destacado José Bonifácio:

José Bonifácio foi a reunião dos dois grandes princípios, pelos quais sacrificava-se aquela geração: a literatura e a política. Seria mais poeta se fosse menos político; mas não seria talvez tão conhecido das classes inferiores. Perguntai ao trabalhador que cava a terra com a enxada, quem era José Bonifácio; ele vos

⁶⁶OC, pp. 785-789.

falará dele com o entusiasmo de um coração patriota. A *ode* não chega ao tugúrio do lavrador. A razão é clara: faltam-lhe os conhecimentos, a educação necessária para compreendê-la⁶⁷.

Também na crítica de Machado à escrita dos tempos coloniais se repete o cenário tantas vezes descrito pelos viajantes europeus: ostracismo, perseguições, ignorância, desânimo indiferença. O trabalhador, sobretudo agricultor, seria capaz de reconhecer o político José Bonifácio, mas não o homem de letras, o poeta.

Para o ensaísta que estreava no jornal de Paula Brito – que depois seria considerado pelo próprio Machado como o primeiro editor brasileiro – tal quadro não seria muito diferente em 1858. Isto talvez explicasse porque admitia, ainda em 1880, ter tão poucos leitores: “Dez? Talvez, cinco”. Os “novos Cristos da regeneração de um povo” não teriam concluído o seu trabalho. Teriam conseguido levar o país à independência de Portugal, mas não criado um público leitor.

Era uma empresa difícil a que eles tinham então em vista. A sociedade contemporânea era bem mesquinha para bradar – avante! – àqueles missionários da inteligência e sustentá-los nas suas mais santas aspirações⁶⁸.

A “era de ouro da escrita”, na Europa teria tido como pressupostos, entre outros, a alfabetização em massa, o aperfeiçoamento das técnicas de impressão e uma acumulação de capitais que permitiram o desenvolvimento de um tipo de negócio ligado à publicação de livros e de jornais. Como se deram tais acontecimentos no Brasil, no período que se estende de fins do século XVIII aos últimos anos do XIX?

Mesmo que não se concorde integralmente com todos os contornos do perfil do leitor colonial desenhado por Jorge de Souza Araújo ou aqueloutro tantas vezes mencionado pelos viajantes europeus, é difícil supor que antes de 1808 houvesse uma popularização da escrita e da leitura ou mesmo um mercado, ainda que modesto, para a escrita. Não havia por parte das elites econômicas ou dos representantes da administração metropolitana um respeito maior pelo livro. Conta Nelson Werneck Sodré que uma biblioteca da Bahia – quando da expulsão dos jesuítas ordenada pelo Marques de Pombal, em 1759 – não encontrou interessados, “deteriorando-se os livros seqüestrados, utilizados pelos boticários,

⁶⁷OC, p. 786.

⁶⁸OC, p. 785.

para embrulhar adubos e unguentos”. O mesmo teria acontecido no Maranhão: “mantida em depósito, foi examinada decênios depois, não encontrando nela Araújo Viana um só livro aproveitável”⁶⁹.

Tal descaso, no entanto, ao contrário de representar perda do valor simbólico dos livros, pode bem ser atribuído ao fato de que o livro era visto com extrema desconfiança, instrumento herético aceito apenas para uso de religiosos ou de profissionais conceituados, médicos, advogados, engenheiros. A falta de prelos e a escassez da escrita e, principalmente, o desinteresse ou mesmo repúdio das autoridades à leitura podem indicar, mais do que desvalorização, um profundo temor quanto aos poderes do livro e da leitura, por conseguinte, do poder do leitor.

Esse temor, no entanto, não impediu que livros entrassem na colônia. Pelo menos nos últimos anos do século XVIII, é possível imaginar a existência de leitores irreverentes, de uma leitura laicizada e fora dos domínios definidos tanto pelo clero como pelas autoridades dirigentes. Embora em número reduzido, leitores, por meio de artifícios diversos, teriam acesso a livros, mesmo os proibidos, que eram lidos e tornados objeto de troca intelectual. A existência de bibliotecas particulares sugere, ainda, a possibilidade de uma leitura realizada na intimidade, sem a vigilância do pároco, do juiz ou do senhor de uma sociedade patriarcal e pouco afeita à leitura: ler, no entanto, seria algo perigoso demais.

Esta possibilidade se torna mais presumível a partir do que se sabe da reação das autoridades. Talvez amparadas na certeza de que havia leitores que liam de forma avessa à convenção, à moral e à órbita eclesiástica, os representantes da coroa portuguesa não tardaram em mostrar sua aversão ao livro. Da acusação de serem leitores não escaparam os inconfidentes: O cônego Luís Vieira da Silva – um divulgador das idéias iluministas – foi acusado de inconfidente. Pesavam sobre ele ainda as acusações de ter lido livros sobre a história da América Inglesa e de possuir em sua biblioteca Condillac, Montesquieu, Mably e a *Enciclopédia*. Tiradentes possuía, em francês, a *Coleção das Leis Constitucionais dos Estados Unidos da América* e consta dos autos da devassa que pedira que lhe fosse traduzido o diário em que se descrevia o levante das colônias inglesas da América do Norte. Entre os inconfidentes da Bahia,

⁶⁹SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 11 e 12.

Francisco Agostinho Gomes foi acusado de comer carne numa sexta-feira, de ser francês e ler Voltaire. Contra Muniz Barreto e Cipriano Barata, também pesavam acusações de serem leitores de obras não recomendadas. No Rio de Janeiro, em 1786, Silva Alvarenga foi interrogado na devassa, sob a acusação de posse e uso de livros do Abade de Mably e Guilherme Raynal.

Mesmo proibidos, os livros chegavam a seus leitores no Brasil. Em fins do século XVIII, D. Fernando José, justificou não ter agido contra o padre Agostinho Gomes: "só porque lê *Correios* da Europa, *Gazetas* inglesas e outros papéis desta natureza quando eles correm sem proibição e são remetidos dessa Corte a diferentes pessoas"⁷⁰. No Rio de Janeiro, logo que chegavam os navios da Europa, corria-se para se "obter notícias e gazetas estrangeiras para o que até haviam estabelecido uma sociedade"⁷¹. Livros, panfletos e jornais eram vendidos no cais por marinheiros ingleses. "Revelam os *Autos da Devassa* que Tiradentes, em 1788, andara procurando no Rio de Janeiro livros que tratassem do levante dos ingleses"⁷².

Tais leitores, e seus inquisidores, sugerem que naquele século XVIII um grupo de homens se esforçava para instalar no ambiente colonial, ainda que de forma imbrionária, um espaço autônomo de leitura. Esses homens certamente estavam longe de constituir um público anônimo, ao contrário tinham suas origens na própria elite colonial, identificada com o latifúndio e o sistema agro-exportador escravista. Difícil imaginar situação diferente num ambiente marcado pelo trabalho escravo, pela servidão que punha sob a dependência da classe senhorial os ínfimos setores médios da população. Além disso, grassava o analfabetismo, atingindo, inclusive, muitos dos membros da elite econômica, e o pacto colonial impedia a impressão de livros e cerceava sua circulação.

Num ambiente assim configurado, muitos dos letrados se agrupavam em sociedades literárias, como a *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, fundada em 1786 e que funcionou até 1794. Apesar disso, era mais fácil estar informado sobre o que se escrevia e se pensava na metrópole e nos grandes centros europeus do que da produção nativa. Isso porque, o frágil sistema de circulação da cultura – que inclui além da impossibilidade de se imprimir livros, jornais e panfletos, a

⁷⁰Idem p. 13.

⁷¹Ibidem.

⁷²Idem p, 14.

insuficiência do sistema escolar e a falta de universidades – fazia dos portos e das embarcações que atravessavam o Atlântico as mais eficientes fontes de informações e atualização.

Este quadro de isolamento, no entanto, não impediu que figuras, muitas vítimas de devassas e prisões, esboçassem a formação de um núcleo intelectual que iria influir de forma decisiva nos acontecimentos que desaguiariam na Independência. Sobre Cipriano Barata (1764 - 1838), Nelson Werneck Sodré diz ter sido o “pioneiro da imprensa libertária no Brasil”⁷³ e Caio Prado Júnior, num ensaio a ele dedicado, teria sido mais enfático: “merece, sem concorrência, o (título) de maior jornalista do povo”⁷⁴. De fato, após concluir seus estudos de medicina, em Coimbra, Cipriano retorna à Bahia. Em sua terra natal, envolve-se, em 1798, na *Conspiração dos Alfaiates*, movimento abolicionista e de inspiração nos ideais da Revolução Francesa, tendo, por isso, vivido seus primeiros dias de prisão. Eleito deputado, em 1821, atuou na Corte portuguesa de Lisboa em defesa dos interesses brasileiros e da autonomia política. Novamente na Bahia, depois de 1822, escreve na *Gazeta de Pernambuco* e depois funda seu próprio jornal – *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco* –, dando início a uma série de outros títulos que acompanhariam os cárceres a que era condenado: *Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco atacada e presa na fortaleza do Brum por ordem da força armada e reunida; Sentinela da liberdade, hoje na guarita do quartel-general de Pirajá na baía de Todos os Santos; Sentinela da liberdade na guarita do quartel-general de Pirajá, mudada despoticamente para o Rio de janeiro e de lá para o forte do mar da Bahia, donde generosamente brada alerta* etc. Os títulos de seus periódicos, mais que provocação, é um desdém às perseguições sofridas e que não tinham como calar sua pena. Em 1834 publica seu último jornal, com o título de *Sentinela da liberdade em sua primeira guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada alerta*.

O século XVIII fora ainda marcado por uma maior preocupação com a formação universitária. A exemplo de Cipriano Barata, um crescente número de filhos das famílias mais abastadas tinha como objetivo as universidades européias, sobretudo a de Coimbra. Alguns tinham aprendido as primeiras letras em casa ou

⁷³Idem p. 67.

⁷⁴PRADO JÚNIOR, Caio. “Cipriano Barata”. In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1957, p. 214.

mesmo em instituições religiosas locais. Marisa Lajolo e Regina Zilberman⁷⁵ apontam que o jesuíta Antonil, em 1711, já aconselhava os pais a educarem seus filhos: caso contrário, seria “criá-los taberéus, que nas conversações não saberão falar de outra coisa mais do que do cão, do cavalo e do boi”⁷⁶. O autor, no entanto, adverte que o processo educacional dos filhos é algo que deve ser acompanhado de perto pela autoridade paterna, pois “deixá-los sós na cidade, é dar-lhes liberdade para se fazerem logo viciosos e encherem-se de vergonhosas doenças, que se não podem facilmente curar”⁷⁷. As autoras destacam, ainda, o poema, presumidamente, de Alvarenga Peixoto, *Conselho a meus filhos*:

Não vos deixei enganar
 Por amigos, nem amigas,
 Rapazes e raparigas
 Não sabem mais que asneiar;
 As conversas e as intrigas
 Servem de precipitar

Sempre vos deveis guiar
 Pelos antigos conselhos
 Que dizem que ratos velhos
 Não há modo de os caçar:
 Não batam ferros vermelhos,
 Deixem um pouco esfriar

.....
 Que vós deveis estudar,
 Quem fala, escreve no ar,
 Sem pôr vírgulas nem pontos,
 E pode quem conta contos,
 Mil pontos acrescentar;
 Fica um rebanho de tontos
 Sem nenhum advinhar⁷⁸.

Nesses versos do final do século XVIII, o poeta enfatiza a valorização do estudo que deve ser exercido de forma disciplinada, não se deixando “enganar por conversas e intrigas”, pois sem a necessária disciplina e seleção dos objetos a serem estudados (lidos) de pouco teria serventia a ilustração, formaria, quando muito, “um rebanho de tontos”. Lajolo e Zilberman destacam no poema “o tom

⁷⁵LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo, Ática, 2002, p.27

⁷⁶O trecho de ANTONIL (João Antônio Andreoni) foi extraído pelas autoras de *Cultura e opulência no Brasil*, Belo Horizonte: ITATIAIA; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 93.

⁷⁷Ibidem.

⁷⁸Apud: LAJOLO & ZILBERMAN, 2002 p. 29 e 30. Os versos foram extraídos pelas autoras de: MORAES Filho, Melo. *Parnaso brasileiro*, v. 0, Rio de Janeiro, Garnier, 1885, p. 178-80.

próprio de um intelectual iluminista, convicto de que, constituída por indivíduos tornados sábios graças à educação recebida, a sociedade mostrar-se-á mais justa e equilibrada”. Tais noções parecem denotar um desejo de se constituir um seletivo grupo formado por ilustrados que, embora permanecessem vinculados à tradição europeia, sobretudo portuguesa, tornariam possíveis, no ambiente de pasmaceira colonial, certas conquistas da modernidade.

Se a constituição de um público de leitores anônimos era algo impensável, face ao diminuto número de trabalhadores livres, alfabetizados e com acesso aos livros, a consolidação de um núcleo de erudição, ainda que restrito a grupos hegemônicos, encontrava também imensos obstáculos. Na metrópole portuguesa, durante a gestão pombalina, sentia-se a brisa, ainda que tênue, de medidas modernizadoras. Muitas das reformas propostas pelo déspota esclarecido recebiam duras oposições dos setores mais conservadores da corte portuguesa, sobretudo daqueles identificados com o clero. Na percepção de Silva Alvarenga – brasileiro educado na metrópole – mereceu, porém, versos de apoio e louvor:

A glória da nação se eleva, e se assegura
 Nas letras, no comércio, nas armas, na cultura.
 Nasceram as artes belas, e o raio da verdade
 Derrama sobre nós a sua claridade.
 Vai tudo a florescer, e porque o povo estude
 Renasce nos teatros a escola da virtude⁷⁹

A educação escolar na América Portuguesa, desde a chegada de Tomé de Souza à Bahia, em 1549, esteve entregue, quase que exclusivamente, ao clero, principalmente à companhia de Jesus. Chefiados por Manoel da Nóbrega e D. Pero Fernandes Sardinha, a missão jesuítica se encaixava no processo de colonização das terras do Novo Mundo, não tanto como militantes da Contra-Reforma, mas como operadores da conversão dos selvagens. Seus objetivos são os de dar à terra amorfa e a seus habitantes “sem lei, Deus ou rei” um corpo e uma alma que se assemelhem aos ideais da cristandade fiel à Roma. A dominação, neste sentido, não é somente aquela exercida pela espada. As armas dos missionários são outras.

⁷⁹ALVARENGA, Manoel Ignácio da Silva. *A mocidade portuguesa*. Citado por LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina, 2002, p. 34.

A pedagogia, como disciplina cristã, estava a serviço da preservação de um Saber e era dever do missionário transmiti-lo, imprimi-lo no papel em branco da cultura nativa. A palavra exercitada de forma metódica e paciente tornou-se, então, uma poderosa arma, presente no espaço sagrado do púlpito e também no ambiente profano das aldeias e das povoações que abrigavam tanto o colonizador como o colonizado. Esta proximidade fez com que os missionários, notadamente os jesuítas, impusessem normas de convivência, uma vez que acreditavam que os hábitos dos portugueses – aventureiros afastados da civilização – poderiam pôr a perder todo o esforço da missão. Assim sendo, a grande arma ideológica dos inicianos foram os sermões, nos quais se destacou o padre Antônio Vieira. O sermão, como destaca Baêta Neves, é “*resultado de uma articulação da transcendência com a conjuntura quotidiana*”⁸⁰, é dirigido a um auditório composto por todos os homens, pois se acreditava que “o mundo é inteligível e o auditório saberá compreendê-lo desde que haja competência do orador”⁸¹.

Apesar de se manterem fiéis a uma tradição que tinha na escrita alfabética um de seus mais poderosos sustentáculos – a ponto de fazer surgir a idéia de uma cultura escrita em oposição a uma cultura oral, mais atrasada – os missionários europeus, ao se proporem transpor para a América Portuguesa esta tradição, fizeram uso da oralidade como instrumento central de comunicação. Isso parece ter ocorrido não só na conversão das populações autóctones iletradas, mas também na pregação junto ao próprio colonizador. Embora a escassez de informações não permita grandes conclusões, esta suposição tem por base, entre outros documentos, as cartas dirigidas às autoridades da metrópole portuguesa ou à alta hierarquia eclesiástica, que sugerem que o trabalho dos missionários quinhentistas se deu sem o apoio efetivo de cartilhas ou qualquer outro material impresso. Um exemplo é a carta, datada de 15 de abril de 1549, em que Nóbrega insiste junto a seus superiores o pedido de livros, diz ele:

⁸⁰BAETA NEVES, L. F. “O Altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizadores”. In: MAGALDI, Ana Maria, et al (org.). *A Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista / SP, Universidade São Francisco, 2003, p. 89.

⁸¹Ibidem.

Vicente Rodriguez, porque é nosso ermitão, pede muitas sementes; o padre Navarro e eu, os livros que já lá pedi, porque nos fazem muita minguá para dúvidas que cá há, que todas se perguntam a mim⁸².

Excessão, em parte, feita aos trabalhos de catequese, se a educação popular jamais pôde atingir um grande número dos habitantes da colônia, tornou-se ainda mais caótica depois da expulsão dos inacianos. Neste sentido, os versos de Silva Alvarenga que saudavam às iniciativas do Marquês de Pombal, no ambiente colonial, não encontravam eco. O sentimento de “ostracismo” só iria dar sinais de alguma mudança no início do século XIX, quando, fugindo das tropas de Napoleão, a corte portuguesa desembarca no Rio de Janeiro.

Naquela oportunidade, diferente de quando Tomé de Souza chegou à Bahia para dar início efetivo à colonização, os portugueses não trouxeram somente padres, soldados, ganância e sífilis. Na bagagem do príncipe havia também um artefato que, há trezentos e cinquenta anos, fazia multiplicar na Europa a escrita do mundo. O otimismo resultante de tal acontecimento pode ser medido pelas palavras de Luiz Gonçalves dos Santos, o “padre Perereca”:

O Brasil até ao feliz dia 13 de Maio do ano de 1808 não conhecia o que era Tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente Sol, viesse vivificar este país, não só quanto a sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes e às ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriram todo o Brasil e interceptavam as luzes da sabedoria⁸³.

Em seu *Correio Brasiliense* – editado em Londres, entre 1808 e 1822 –, Hipólito da Costa, mais cauteloso, também saúda o acontecimento. O jornalista sabia dos riscos que, no Brasil, corriam aqueles que se propunham a divulgar idéias através da imprensa.

⁸²Apud: ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador, EdUFBA & Ilhéus, UESC, 1999, p. 24.

⁸³Apud: MORAES, Rubens Borba. “A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubem Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, EdUSP e Kosmos, 1993, p.xvii. O autor teve como fonte: SANTOS. Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do Reino Unido do Brasil: dividida em três épocas da Felicidade. Honra, e Gloria*. Lisboa: Imprensa Régia. 1825. t. 1. p. 80

Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos.⁸⁴

Na edição de outubro de 1808, no tom crítico que caracterizava sua publicação mensal de mais de cem páginas, capa azul escuro, de alto preço e voltada para o leitor interessado em comentários de caráter mais doutrinário, Hipólito da Costa comentava o decreto do Príncipe Regente que punha para funcionar os prelos no Brasil:

Começou o Século 19 e ainda os pobres Brasileiros não gozavam dos benefícios, que a imprensa trouxe aos homens: nem ainda agora lhes seria permitido esse bem se o Governo, que lho proibia, acossado na Europa, se não visse obrigado a procurar um asilo nas praias da nova Lusitânia. [...] Saiba, pois, o Mundo, e a posteridade, que no ano de 1808, da era Cristã, mandou o Governo Português, no Brasil, buscar a Inglaterra uma Impressão, com os seus apêndiculos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou em Cem Libras esterlinas !!! [...] Tarde; desgraçadamente tarde: mas enfim aparecem tipos no Brasil [...] ⁸⁵.

Muito se tem indagado das razões de no Brasil não ter havido prelos senão antes de 1808. Houve a iniciativa de Antônio Isidoro da Fonseca, em 1747, mas, de curta duração, foi fechada no mesmo ano. Para Nelson Wernwck Sodré, na obra já citada, a inexistência de prelos no Brasil se deu porque o colonizador português encontrou uma população autóctone “na fase cultural da pedra lascada” que, portanto, “não representava risco algum” ao projeto colonizador. Situação inversa teriam se deparado os espanhóis, pois “encontraram culturas avançadas que, inclusive, conheciam a mineração” e que, por isso, “precisavam ser destruídas e substituídas, sob pena de graves riscos para a ocupação” ⁸⁶. Ainda contrastando as diferentes condições culturais que tiveram de se confrontar os colonizadores espanhol e português, conclui que:

Assim, onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial⁸⁷ (p 11).

⁸⁴ Apud: Sodré, 1983, p. 20.

⁸⁵ Apud: MORAES, 1993, p. xviii.

⁸⁶ Sodré, 1983, p.10 e 11.

⁸⁷ Idem, p. 11.

Penso que tais argumentos não seriam suficientes para entender o adiamento por três séculos para a chegada dos prelos no Brasil. A questão talvez não seja somente as diferenças culturais entre a população autóctone brasileira e a da América Espanhola. Outros estudiosos mencionam a rudimentar burocracia colonial, suficiente para gerir os negócios, e um minguado número de indivíduos letrados que somados não teriam tornado atraente a atividade de impressão, ao contrário, realçavam seu despropósito. Caberia também lembrar, no entanto, que, no século XVIII, as atividades mineradoras tornaram a escrita administrativa mais necessária, cresceram as cidades envolvidas naquela atividade (principalmente, Vila Rica e Rio de Janeiro) e aumentou o interesse pela leitura. A partir disso, é possível supor que, ao contrário de desprezo, o temor de que a impressão pudesse ser apropriada por homens interessados em movimentos emancipatórios ou contrários às decisões da metrópole justificou vetos à qualquer iniciativa de se instalar prelos na colônia. As rápidas providências das autoridades em reação às atividades de Antônio Isidoro da Fonseca bem servem como mostra deste temor: sua oficina e equipamentos foram queimados e ele enviado preso à Portugal.

À parte isto, tão logo se instalou no Rio de Janeiro, D. João VI, no dia de seu aniversário, fez publicar que:

Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencente o seu governo e administração à mesma secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu Real Serviço.

Embora se destinasse inicialmente às atividades da burocracia, ou seja, servir a “toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço”, sua função foi depois estendida, em 26 de julho do mesmo ano, ao auxílio da educação pública. A *Impressão Régia* teve um rápido desenvolvimento – em 1822, contava com 11 prelos e, em 1845, adquiria seu primeiro prelo mecânico –, imprimindo, além dos papéis pertinentes aos atos

governamentais, obras literárias e científicas – traduções francesas e inglesas e autores brasileiros e portugueses –, destinadas aos alunos e professores da Academia Militar e da Escola Médico-Cirúrgica e outras sobre temas dos mais variados: religião, economia, política, agricultura, comércio internacional, ciências naturais, história, filosofia, teatro, poesias⁸⁸.

Da qualidade dos serviços da *Impressão Régia*, Rubens Borba de Moraes informa que eram excelentes:

Quando se examina a produção da Imprensa Régia (de 1808 a 1822) não se pode deixar de ficar admirado com a qualidade dos livros e folhetos que publicou. Dos mil e tantos que saíram da nossa primeira tipografia, a grande maioria é de qualidade superior. Alguns livros são até obras-primas tipográficas. Examinem-se bem obras como *os Ensaios sobre a crítica*, impresso em 1810, *os Ensaios morais*, publicado no ano seguinte, ambos de autoria de Alexandre Pope e traduzidos pelo conde de Aguiar. Repare-se bem nos dois volumes das *Memórias da vida pública de Lord Wellington*, de José da Silva Lisboa, impressos em 1815, e não se pode deixar de ficar admirado com a beleza dessas obras⁸⁹.

Um assíduo cliente da *Impressão Régia* foi o livreiro-editor Paulo Martin que possuía uma pequena loja na rua do Rosário, onde, além de alguns livros, vendia exemplares da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Havia também as encomendas feitas diretamente por alguns autores, mas, devido aos altos custos, logo que se desfez a ocupação francesa, voltaram ao velho hábito de mandar publicar seus textos em Portugal.

Quanto aos periódicos, no período joanino, saíram dos prelos da *Impressão Régia*, além da *Gazeta do Rio de Janeiro* – espécie de publicação oficial do governo –, *O Patriota*, *O Bem da Ordem*, *O Reverbero Constitucional* e *O Compilador Constitucional*. Sobre a *Gazeta*, o historiador inglês John Armitage teria comentado:

⁸⁸Sobre as publicações da *Impressão Régia* ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubem Borba. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, EdUSP e Kosmos, 1993 e RIZZINI, Antonio Ferreira et al. *História da tipografia no Brasil*. São Paulo, Museu de Arte de São Paulo, 1979.

⁸⁹Moraes, Rubens Borba de. *O bibliófilo Aprendiz*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra & Brasília, Briquet de Lemos, 1998, p. 198..

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante; não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume⁹⁰.

Nisso parecia concordar Hipólito da Costa, achando que era uma pena gastar "tão boa qualidade de papel em imprimir tão ruim matéria"⁹¹. Não se poderia esperar coisa melhor de uma publicação subsidiada pela corte e, mais ainda, redigida sob olhar atento do censor conde de Linhares. Sobre este aspecto, o jornal de Hipólito – o *Correio Brasiliense* – em tudo se diferenciava, sendo mais doutrinário do que noticioso, tratando de grandes temas como a escravidão e a autonomia política.

Em 1813, surgiu *O Patriota*, publicação literária que circulou até o ano seguinte, a princípio mensal, depois bimensal. Nos dezoito números publicados, foram abordados os assuntos mais diversos: literatura, mineralogia, história, política nacional e estrangeira, medicina, agricultura, navegação, comércio, eloquência etc. Nas suas páginas apareceram artigos de José Bonifácio de Andrada, Domingos Borges de Barros, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Antônio Dinis da Cruz e Silva e Mariano José Pereira da Fonseca. Circulavam também divulgação de obras traduzidas e de autores como Cláudio Manuel da Costa e Basílio da Gama, se tornando um dos poucos espaços existentes para vazão da copiosa produção poética que teve lugar no Rio de Janeiro durante o período joanino.

Com o tempo, parece que a idéia de fazer circular informações e opiniões através da escrita impressa e periódica ganhou força. Isso talvez se deva a percepção de que, na falta de livros e outras instâncias mediadoras – reuniões públicas, academias, sociedades literárias etc –, o jornal ocuparia tal tarefa. Em 1821, o *Bem da Ordem*, inicia suas atividades com a seguinte advertência:

⁹⁰ ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Belo Horizonte, Itatiaia / São Paulo, EdUSP, 1981, p. 35.

⁹¹ SODRÉ, 1983, p. 20.

Os leitores menos instruídos e os que não têm meio de o serem de outro modo, suposta a falta dos livros e a penúria de estabelecimentos tipográficos, aqui acharão todas as idéias que lhes são indispensáveis para desempenhar com utilidade da Nação os deveres de Representantes ou Empregados; e todos os homens de bem, todos os literatos que melhor conhecem a necessidade destas instruções são convidados a concorrer para esta importante obra com o preciso cabedal das suas luzes⁹².

Lançado em 15 de setembro de 1821, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, de propriedade de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, teve vida curta, circulando até 08 de outubro de 1822, inicialmente semanal, tornando-se, em janeiro de 1822, quinzenal, totalizando 48 números ordinários e três extraordinários. Em 15 de outubro, os redatores explicavam seu fechamento:

(...) empreendido só para o fim de proclamar a independência de seu País, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que ele vai ter uma Assembléia Constituinte e Legislativa, que já tem um imperador da sua escolha, que é nação e nação livre⁹³.

A partir de então, surgiram vários problemas para os redatores, muitos se exilando em Buenos Aires ou na França. Joaquim Gonçalves Ledo chegou a ser eleito para a Constituinte, mas não pôde assumir seu posto, vítima que foi das reações do poder imperial ao seu posicionamento no processo de debates em torno da constituinte.

Depois de 1820, quando a Revolução do Porto trouxe brisas liberalisantes, a nova constituição portuguesa, em fevereiro de 1821, aboliu a censura prévia. No Rio de Janeiro, um decreto de 02 de março do mesmo ano liberaria a impressão de qualquer manuscrito, mas ficou mantido o exame do trabalho final. Aos impressores coube arcar com os riscos e os custos da composição, antes de saber se um trabalho poderia ser legalmente comercializado. Só com a independência é que tal prática foi extinta, embora sempre houvesse a possibilidade de um processo por crimes claramente definidos como blasfêmia, ataques à religião católica, violação da moral cristã, difamação do ministro-chefe e incitamento à rebelião. Cipriano Barata foi um dos que soube bem o que isso podia significar.

⁹²Apud: Lustosa, Isabel. *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas, 1821 – 1823*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 30.

⁹³Apud: SODRÉ, 1985, p. 57.

Alem disso, talvez em conseqüência do aumento da demanda por materiais impressos, também em 1821, foi extinto o monopólio da *Impressão Régia*. Antes disso, apenas Manuel Antônio da Silva Serva teve autorização para fazer funcionar uma tipografia, na Bahia em 1811. No ofício do conde de Linhares – Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – ao conde dos Arcos que autorizava a impressão de gazetas e papéis periódicos, tem destaque a preocupação de “nomear para revisor (censor) da mesma (a gazeta) uma pessoa de reconhecida capacidade, luzes e fidelidade, e de cujos princípios nada haja a recear”⁹⁴.

Findo o monopólio, surgiram oficinas gráficas de propriedade privada e, em 1823, havia na sede do governo imperial sete firmas impressoras⁹⁵. Tal crescimento pode ser creditado a intensa burocratização das atividades governamentais, economia e, talvez, a um maior número de leitores, que teriam sido estimulados, não só pela maior oferta de livros, mas, sobretudo pelo aparecimento dos jornais, na Corte e nas províncias.

Em 1822, surgia *O Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense* que circulou de 05 de janeiro ao início de maio, totalizando 15 números. Impresso na gráfica do governo, possuía uma posição mais moderada, o que não impediu, no entanto, que José Bonifácio desautorizasse a continuidade dos serviços, obrigando seus proprietários a se servirem da oficina de Moreira & Garcez. Apesar de todas as limitações, não seria justo negar, no entanto, o papel decisivo que a imprensa teve no cotidiano e nos destinos do país, sobretudo, no rumo dos acontecimentos que levaram a Independência e, depois, a sua consolidação.

As tiragens dos jornais não ultrapassavam os 500 exemplares, uma vez que grande parte da população ou não havia “superado o F do abecedário”, ou era analfabeta. Além disso, perto da metade dos habitantes do Rio de Janeiro eram escravos, outros quase tantos formavam um contingente de mão-de-obra eventualmente remunerada, alguns trabalhadores assalariados e alguns agregados. Homens e mulheres ignorados pelas letras impressas dos jornais, cujos proprietários e colaboradores optavam por não incluir nos debates a cerca dos

⁹⁴Apud: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'ouro do Brasil*. Salvador, UFBA, 2005, p. 21.

⁹⁵HALLEWELL, 1985, p. 47.

interesses do país. Isto, no entanto, não impediu que nas redações e nas páginas dos jornais fossem discutidas ações que levaram D. Pedro, em 09 de janeiro de 1822, a desobedecer às ordens vindas de Portugal para deixar o Brasil e, a 07 de setembro, declarar a independência. Além disso, entre o *Fico* e o *Grito*, nas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*, circulou um abaixo-assinado cobrando a convocação de uma Constituinte, conseguindo 5.000 adesões.

O *Correio do Rio de Janeiro* também teve vida curta: sua primeira fase durou de 10 de abril a 21 de outubro de 1822; a segunda, entre 19 de agosto e 24 de novembro de 1823. Apesar disso, era um jornal de grande influência entre leitores, apreciado por uns e temido por outros. Publicava artigos, correspondências, notícias e polêmicas. Suas quatro páginas de fôlho pequeno, impressas na Tipografia de Silva Porto & Cia, circulavam diariamente, ostentando os versos: “Neste limpo terreno / Virá assentar seu trono / A sã filosofia mal aceita”⁹⁶. Sua relativa independência custou caro a seu proprietário e redator. João Soares Lisboa foi o primeiro a perceber que ainda se estava longe do que poderia ser “liberdade de imprensa”. Por insistir na campanha pela constituinte e que D. Pedro assumisse o compromisso com a constituição dela resultante, foi processado por infringir as regras da imprensa, pior que isso, o Intendente Geral da Polícia mandou suspender as atividades do seu jornal e que ele deixasse o país.

Se os jornais aqueciam os debates no país, as páginas dos livros pareciam flunar despercebidas, embora alguns sinais de vitalidade pudessem acalentar verves e talentos supostos. A Constituinte instalou-se a 3 de maio de 1823, neste mesmo ano, o Rio de Janeiro possuía 13 livrarias, ou estabelecimentos que, entre outros itens, vendiam livros.

As movimentações pela Independência haviam provocado súbito aumento da leitura, destacando-se assuntos relacionados à política. Para atender esta demanda, na Corte, os livros disponíveis podiam ser adquiridos em lojas de ferragens ou apregoados de porta em porta por mascates: cenário bem diferente de Paris que, na década de 1820, possuía 480 livrarias e 850 tipografias⁹⁷.

Provavelmente, o segundo livreiro mais importante da cidade era Silva Porto. O primeiro, sem dúvidas, continuava sendo Paulo Martin que, além de ser o

⁹⁶SODRÉ, 1985, p. 69.

⁹⁷Idem.

editor com mais títulos em catálogo, em suas propagandas, apregoava mais de noventa títulos, impressos no Brasil e no exterior.

Outro livreiro de destaque nos anos que sucederam à Independência era Evaristo da Veiga, filho de Francisco Luis Saturnino da Veiga, um antigo mestre-escola português e, também livreiro. Em dezembro de 1824, com o dinheiro doado pelo pai, Evaristo, em sociedade com seu irmão João Pedro Ferreira da Veiga comprou o estabelecimento de Silva Porto. Depois disso, em 1827, adquiriu sozinho a livraria de Jean Baptiste Bompard. Evaristo tinha apenas 28 anos e estava no comércio de livros há três anos, mas, ao que parece, teria sido bem sucedido.

A loja de Evaristo, na rua dos Pescadores n° 49, tornou-se ponto de reuniões diárias entre leitores ou, simplesmente, de seguidores das idéias liberais que se opunham a Pedro I. Nas prateleiras de seu estabelecimento predominavam títulos jurídicos e temas relacionados à economia, à política e ao mundo da administração. Não obstante, Evaristo da Veiga passou a se interessar cada vez mais pelo jornalismo e pela atividade partidária, participando da fundação, em 1827, do periódico *A Aurora Fluminense*.

De fato, parece que uma coluna nos jornais da corte garantia mais prestígio e poder de influência a seus autores do que as páginas dos livros. Descrevendo a atividade dos jornais, em 1826, John Armitage admite que:

Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de se adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda a parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem.⁹⁸

Na Europa, logo que surgiu a impressão mecanizada e, com ela, os jornais de grandes tiragens, havia um público já acostumado com a escrita impressa. Estes leitores só teriam se multiplicado, desde que o invento de Gutenberg se disseminou por todo o continente, no século XVI. No Brasil, a produção de livros e jornais teria ocorrido somente a partir de 1808. Assim sendo, teria sido através dos jornais a iniciação à leitura entre um público mais amplo e o escritor que quisesse ter seu nome estampado na capa de um livro precisava, antes, se

⁹⁸ ARMITAGE, 1981, p. 168.

popularizar nas folhas da imprensa periódica. Nas suas memórias, o defunto Brás Cubas registra que também teria crido na força deste veículo: “Mandei logo para a imprensa uma notícia discreta, dizendo que provavelmente começaria a publicação de um jornal oposicionista, daí a algumas semanas, redigido pelo Dr. Brás Cubas”.⁹⁹

Tal convicção, em certa medida, já havia sido manifestada em 1859, quando, no *Correio Mercantil*, Machado de Assis, nos dias 10 e 12 de janeiro, publica um ensaio intitulado *O Jornal e o Livro*¹⁰⁰. O autor parecia ter clara a idéia de que nas páginas dos jornais, mais que na dos livros, a palavra escrita ganharia repercussão. Para Machado de Assis, o livro, decerto, “era um progresso; preenchia as condições do pensamento humano”¹⁰¹, mas não gozava da mesma visibilidade, do mesmo poder de ser lido, que teria o jornal. Aos livros, “faltava ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário”¹⁰². Aos jornais, portanto, cabia uma missão: “a distribuição do pão eucarístico da publicidade”¹⁰³. Esta missão, no entanto, estaria em risco.

Na série intitulada *Aquarelas*¹⁰⁴, publicada em *O Espelho*, entre os dias 11 de setembro e 30 de outubro de 1859, Machado diz desses riscos:

A imprensa é a mesa do parasita literário; senta-se a ela com toda a semcerimônia; come e distribui pratos com o sangue frio mais alemão deste mundo – diante da paciência pública
O jornal aqui não é propriedade, nem da redação nem do público, mas do parasita. (...)
Às vezes o parasita associa-se e cria um jornal próprio. (...)
(...) Um jornal todo entregue ao parasita, isto é, um campo vasto todo entregue ao disparate!¹⁰⁵

Haveria um outro personagem bastante popular nos jornais europeus e que, também fazia sucesso entre os leitores brasileiros. O folhetinista seria o

⁹⁹ ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 4ª. Edição, S/D, p. 356.

¹⁰⁰ OC, p.943 – 948.

¹⁰¹ OC, p.945

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ OC, p. 948-960.

¹⁰⁵ OC, 953 e 954.

responsável pela “fusão do útil e do fútil, o pacto curioso e singular do sério consorciado com o frívolo”¹⁰⁶.

Os folhetins, por sua vez, seriam um misto de comentários sobre artes e ciências com notícias de fatos do cotidiano e encontraram grande acolhida entre leitores brasileiros. No começo do século XIX, *le feuilleton*, o folhetim, designava, tão somente, um espaço delimitado no jornal: o rez-de-chaussée, o rés-do-chão, o rodapé, geralmente na primeira página. Nele cabiam textos semelhantes aos que escrevem os atuais colunistas sociais, cronistas, comentaristas de fatos, comportamentos e noticiais em geral. Havia de tudo um pouco: piadas, charadas, receitas culinárias, críticas literárias ou de peças teatrais, poesias, convites, declarações amistosas ou maliciosas etc. Foi o proprietário de jornais Émile de Girardin que melhor proveito obteve daquilo que se tornou verdadeira mania dos leitores, sobretudo os “frívolos”, aqueles que buscavam, nas páginas impressas, a sua distração quotidiana. Foi também ele, em seu jornal *La Presse*, que a partir de 1836, deu início a publicação de obras de ficção seriadas, exibindo, ao término de cada capítulo, a expressão que se tornou célebre: “continua amanhã”. Na década seguinte a fórmula que teria ajudado a aumentar as tiragens dos jornais parecia ter se consagrado, fazendo surgir o chamado “romance folhetinesco”.

¹⁰⁶OC, p. 959.

2

Colibris e Carapicus: a filogênese do leitor moderno no Brasil

Em 1854, José de Alencar, ainda não tinha aderido aos folhetins romanescos, mas entre 03 de setembro daquele ano e 08 de julho do seguinte, no *Correio Mercantil*, escreveu semanalmente a coluna intitulada “Ao Correr da Pena”, onde se exercitava escrevendo sobre diversos assuntos, entre estes, não raramente, teria comentado as dificuldades do escritor de folhetins:

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta às páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que se deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!

Ainda isto não é tudo! Depois que o mísero folhetinista por força de vontade conseguiu atingir a esse último esforço da volubilidade, quando à custa de magia e de encanto fez que a pena se lembrasse dos tempos em que voava, deixa finalmente o pensamento lançar-se sobre o papel, livre como o espaço. Cuida que é uma borboleta que quebrou a crisálida para ostentar o brilho fascinador de suas cores; mas engana-se: é apenas uma formiga que criou asas para perder-se.¹⁰⁷

Já no roda-pé do dia 24 de setembro de 1854, o terceiro da série, Alencar parecia sentir as dificuldades de se adaptar ao gênero. O trabalho rotineiro, a observância dos prazos de entrega de temas variados e quotidianos, a obediência da pena ao espaço limitado pelo roda-pé das páginas de jornal faziam do folhetinista uma formiga, um operário da escrita. Tais condições impunham uma atividade bem distinta daquela idealizada por um jovem autor romântico que acreditava que sua arte era, somente, “necessidade do coração”.

Naquele momento, Alencar era ainda um iniciante, talvez por isso não tenha conseguido manter a regularidade prevista, provocando um hiato entre o primeiro e o segundo folhetim: o segundo rodapé apareceu apenas quatorze dias

¹⁰⁷ ALENCAR, José. *Ao correr da pena*. São Paulo, Melhoramentos, 3ª. Edição. S/D, p. 39.

depois do primeiro. Mais significativo do que a falha de uma semana é o fato dessa dificuldade ter sido abordada pelo próprio autor em diversas outras de suas oportunidades. Na semana seguinte, 1º. de outubro, dizendo do dia dedicado a escrever o seu folhetim, Alencar indaga: “(...) não acha que é um impossível físico e moral fazer uma semana inteira com um dia somente, quando para isto é necessário em toda folhinha sete dias e sete noites?”¹⁰⁸

Machado de Assis, também freqüentador assíduo dos rodapés, retomaria a metáfora do colibri para descrever o folhetinista: “na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas.”¹⁰⁹. Apesar de comparado à candura de um colibri, o folhetinista teria seus dias “negros”, o dia de escrever: “(...) quando há matéria e o espírito está disposto, a coisa passa bem. Mas, quando à falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao *far niente*, então é um suplício”.¹¹⁰

Tais dificuldades, no entanto, teriam suas compensações. Atuando como escritor de folhetins – fosse como romancista, cronista, ensaísta, polemista, comentarista ou redator de informativos – o homem de letras teria meios de sobreviver de sua pena, não tendo de recorrer a atividades indignas à erudição, ao talento e à sensibilidade. Para Machado, isto significava um grau de autonomia que diferenciava o folhetinista de um simples produtor de textos feitos para atender a algum “cliente” e angariar uma remuneração qualquer – “a pior das fancarias”.

Aqui o fanqueiro não tem por ora lugar certo. Divaga como a abelha de flor em flor em busca de seu mel e quase sempre, mal ou bem, vai tirando suculento resultado. Conhece-se o fanqueiro literário entre muitas cabeças pela extrema cortesia. É um tique. Não há homem de cabeça mais móbil, e espinha dorsal mais flexível; cumprimentar para ele é um preceito eterno; e ei-lo que o faz à direita e à esquerda; e, coisa natural! sempre lhe cai um freguês nessas cortesias¹¹¹.

¹⁰⁸Idem, p. 44 e 45.

¹⁰⁹OC, p. 959.

¹¹⁰OC, p. Idem.

¹¹¹OC, p. 950.

O “fanqueiro literário”, ao contrário do folhetinista, não freqüentava as páginas dos jornais, melhor se adaptando aos salões públicos ou privados. Tal costume seria mais um dos muitos copiados aos franceses: “Em Paris, onde esta classe é numerosa, há uma especialidade que ataca o teatro”¹¹². O cronista, no entanto, não crê em tal prática como alternativa à escassez de leitores. Ao contrário deste servilismo exposto nos salões, as páginas dos jornais seria lugar de expressão do verdadeiro talento. A atividade de folhetinista poderia “dar uma posição ao homem de letras, porque ele diz ao talento: ‘Trabalha! Vive pela idéia e cumpres a lei da criação’”¹¹³.

De fato, desde sua aparição no Rio de Janeiro, os periódicos se tornaram veículo privilegiado da escrita do país. Nos jornais – nos anúncios, nas seções de apedidos, nos comentários cotidianos, na exibição da verve dos poetas – foi exercitada uma escrita que ia além daquela da burocracia. Nos anos de atividade impressora, os artigos de polemistas, comentários e crítica política se intensificam, ocupando espaço, antes destinado à exaltação do rei. Das páginas impressas e periódicas, no entanto, a partir da década de 1840, as que maior sucesso faziam – principalmente entre jovens, estudantes e mulheres – eram as dedicadas a um tipo específico de folhetim. Publicadas em retalhos, histórias que pareciam não ter fim se tornariam motivo de uma espera ansiosa. Leitores dos mais diversos permaneceriam a espreita de mais e mais emoções.

Este tipo de narrativa novelesca – de cortes sistemáticos, elementos de suspense e simplificação de personagens heróis ou vilões – surgiu na França da década de 1830, conquistando o público ansioso pelo próximo capítulo. Talvez, seu primeiro grande sucesso tenha sido *Capitaine Paul*, de Alexandre Dumas, em 1838. Este também foi o primeiro romance de folhetim que, traduzido por J.C. Muzzi, fez o deleite dos leitores do *Jornal do Comércio*, em outubro do mesmo ano. A consagração definitiva do gênero, no entanto, viria com a publicação de *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue: na França, em 1842, no *Journal de Debats*; no Brasil, com tradução de Joaquim José da Rocha, no roda-pé do suplemento dominical do mesmo *Jornal do Comércio*, entre setembro de 1844 e outubro do ano seguinte.

¹¹²OC, p. 950

¹¹³OC, p. 948.

Nem um mês depois de iniciada a publicação, informa Marlyse Meyer¹¹⁴, pela primeira vez na história do jornal, surgia um reclame enorme, comunicando que *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, estavam à venda em casa de J. Villeneuve & Cia., Rua do Ouvidor 65: “primeira parte, um volume, nítida edição, 1\$00”. O mesmo anúncio se repetiria 15 dias depois, informando ter se esgotado os exemplares, para, alguns dias depois – 03 de novembro – informar que uma segunda edição se encontrava à venda.

Enquanto os capítulos se sucedem no *Jornal do Comércio*, a publicação em livro das outras partes prossegue até 12 de fevereiro de 1845, totalizando dez volumes de *Os mistérios de Paris*. Mais do que indício de um mercado promissor para os livros, a paixão pela história de Sue, que havia feito esgotar rapidamente a sua primeira edição brasileira, era uma mostra da influência dos jornais na construção do gosto e dos hábitos da população do Rio de Janeiro, ao menos entre a sua fatia alfabetizada. Foi nos jornais que leitores buscavam, no pé da página, sua literatura diária.

Nas suas *Aquarelas*, Machado de Assis havia confirmado seu apreço aos jornais, como veículo de comunicação – “o grande veículo do espírito moderno” – e concluiria que “o folhetim (...) nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista”. Haveria, portanto, uma afinidade entre o trabalho de ambos. O jornalista teria por inspiração “a séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda” O folhetinista, por sua vez, seria impulsionado “pelo que toca ao devaneio, à leviandade”.

Tais reflexões parecem indicar duas formas de inserção dos jornais na vida dos leitores, resultantes de atuações distintas: o jornalista é mais isento e objetivo, limita-se aos acontecimentos e a informação dos fatos; o folhetinista é mais opinativo e, muitas vezes, fantasioso. A este último seria reservada a maior atenção do público – “os ociosos para admirá-lo, e a *bas-bleus* para aplaudi-lo”¹¹⁵, no entanto, para o autor, haveria uma valorização exagerada, e de certa forma arriscada, do folhetinista:

¹¹⁴MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

¹¹⁵OC, p. 959.

Como quase todas as coisas deste mundo o folhetinista degenera também. Algumas das entidades que possuem essa capa, esquecem-se de que o folhetim é um confeito literário sem horizontes vasto, para fazer dele um canal de incenso às reputações firmadas, e invectivas às vocações em flor, e aspirações bem cabidas. Constituindo assim *cardeal-diabo* da cúria literária, é inútil dizer que o bom senso e a razão friamente o condenam e votam ao ostracismo moral, ausência de aplausos e de apoio.

Não é este o único abuso que se dá. É costume de outros levantarem o folhetim como a chave de todos os corações, cor de todas as reputações indelévels. E conseguem¹¹⁶.

Apesar de tais ressalvas, Machado tinha grande apreço pela sua atividade de folhetinista, mas lamentava que, com raras exceções, no Brasil, muitos desses escritores se limitavam a imitar um estilo francês, esquecendo-se da realidade, deles e de seus leitores.

Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre *o boulevard e-café Tortoni*, que está sobre um *mac-adam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto¹¹⁷.

De fato, desde os primeiros jornais saídos dos prelos da Imprensa Régia, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, havia o hábito de se reproduzir conteúdos dos jornais ingleses, franceses e portugueses e, depois da década de 1840, o mesmo aconteceu com os folhetins romanescos. Tal prática, provavelmente, muito teria influenciado os folhetinistas brasileiros: “Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil” – prossegue Machado.

Esta constatação talvez pusesse em risco “a missão” que o autor creditava ao jornal, ou seja, “a reprodução diária do espírito do povo”¹¹⁸. No ensaio *O jornal e o livro*, o autor não escondia sua crença nos “valores universais” e na “família universal”, que poderiam ser constituídos através da imprensa periódica: “O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento, (...) é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções”.¹¹⁹ A parte disso, Machado achava que o folhetinista, “podia bem tomar mais cor local, mais feição americana”, para, a seguir, justificar: “Faria assim menos mal à independência do espírito nacional,

¹¹⁶OC, p. 960.

¹¹⁷Ibidem.

¹¹⁸OC, p. 946.

¹¹⁹OC, p. 945.

tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa ¹²⁰.

Ao que parece, se a força de um mercado editorial podia ser vista, na Europa, como uma ameaça à autonomia dos escritores, uma vez que estavam sujeitos à submissão do gosto do público consumidor de livros e jornais, no Brasil de Machado de Assis, a questão trazia outras preocupações. Primeiro porque o “arremedo das fórmulas européias”, sobretudo francesas, podia ser motivo de imposição de limite ao “espírito” do folhetinista, do seu talento, de sua arte. Mais que isso, a maciça presença de conteúdos importados – fossem nos folhetins que se dedicavam aos comentários semanais (*fait divers*) ou na sua versão romanesca – prejudicaria a missão da escrita dos jornais. Além disso, a avalanche de folhetins romanescos importados diretamente da Europa inibiria o espaço de atuação dos escritores locais, uma vez que tinham que competir com autores e histórias já consagrados e de retorno financeiro garantido aos proprietários dos jornais. O sucesso alcançado pelos folhetins de Dumas e Sue junto ao público brasileiro, no entanto, acabou estimulando autores nacionais a se arrisarem no gênero. Um dos primeiros sucessos foi Manuel Antonio de Almeida com as sua *Memórias de um Sargento de Milícias* (1852– 53), mas o marco da produção nativa foi, sem dúvida, *O Guarani*, de José de Alencar, publicado nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1857.

Em 1854, irritado com a censura imposta a um artigo seu que fazia críticas aos excessos do mercado de ações decorrentes das mudanças econômicas ocorridas após o fim do tráfico de escravos, Alencar deixou o *Correio Mercantil* e ingressou no *Diário do Rio de Janeiro*, do qual era um dos redatores e administrador.

Ao iniciar, no periódico, a publicação de *O Guarani*, o autor pôde se dar conta de que os folhetins romanescos exigiam ainda mais de sua pena, como iria atestar em *Como e porque sou romancista*, de 1873.

Meu tempo dividia-se desta forma. Acordava, pôr assim dizer, na mesa do trabalho; e escrevia o resto do capítulo começado no dia antecedente para enviá-lo à tipografia. Depois do almoço entrava pôr novo capítulo que deixava em meio. Saía então para fazer algum exercício antes do jantar no “Hotel de Europa”.

¹²⁰OC, p. 960.

A tarde, até nove ou dez horas da noite, passava no escritório da redação, onde escrevia o artigo editorial e o mais que era preciso¹²¹.

Machado de Assis, por sua vez, em 1877, escrevendo para o prefácio de uma nova edição em livro de *O Guarani*, comenta a obra do amigo e as especificidades da atividade exercida por ambos:

É a obra pujante da mocidade. Escreve-a à medida da publicação, ajustando-se a matéria ao passo da folha, condições adversas à arte, excelentes para granjear a atenção pública. Vencer estas condições no que elas eram opostas, e utilizá-las no que eram propícias, foi a grande vitória de Alencar, como tinha sido a do autor d’*Os Três Mosqueteiros*.¹²²

Machado de Assis admite, ainda, que o amigo não fora o primeiro a se ocupar da tarefa de escrever sobre temas nacionais e menciona Gonçalves Magalhães; Gonçalves Dias; Varnhagen; Joaquim Manoel de Macedo, Araújo Porto Alegre; Bernardo Guimarães e Álvares de Azevedo. Isto não impedia, no entanto, que pudesse considerar *O Guarani* como marco do romance, na jovem nação brasileira. “Não importa; ele chegou, impaciente e ousado, criticou, inventou, compôs”¹²³.

Talvez o romance de Alencar fosse aquilo que Machado de Assis cobrava dos folhetinistas brasileiros, ou seja, “escrever folhetim e ficar brasileiro”.

Apesar do sucesso junto ao público, em *Como e porque sou romancista* – livro que pode ser considerado suas memórias intelectuais –, Alencar ressalva as dificuldades que encontrou ao fazer imprimir em livro a primeira edição de seu romance:

A edição avulsa que se tirou d’*O Guarani*, logo depois de concluída a publicação em folhetim, foi comprada pela livraria do Brandão, pôr um conto e quatrocentos mil réis que cedi à empresa. Era essa edição de mil exemplares, porém trezentos estavam truncados, com as vendas de volumes que se faziam à formiga na tipografia. Restavam pois setecentos, saindo o exemplar a 2\$000.

Foi isso em 1857. Dois anos depois comprava-se o exemplar a 5\$000 e mais. Nos belchiores que o tinham a cavalo do cordel, embaixo dos arcos do Paço, donde o tirou o Xavier Pinto para a sua livraria da Rua dos Ciganos. A indiferença

¹²¹ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. IN:Obras Completas, Volume 01, Tomo. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1951. Os excertos texto deste foram todos extraídos desta edição e serão citados com as iniciais J.A seguidos dos respectivos números das páginas.

¹²² OC, p. 923.

¹²³ Idem.

pública, senão o pretensioso desdém da roda literária, o tinha deixado cair nas pocilgas dos alfarrabistas.

Durante todo esse tempo e ainda muito depois, não vi na imprensa qualquer elogio, crítica ou simples notícia do romance, a não ser em uma folha do Rio Grande do Sul¹²⁴.

O livro havia angariado a simpatia do leitor, mas seu autor parecia ter outras ambições. Alencar estaria empenhado na missão de estabelecer uma literatura nacional; de descobrir as raízes de seu tempo, de sua nacionalidade, de sua cultura. Para isso, não teria se poupado: “Não tinha comigo um livro; e socorria-me unicamente a um canhenho, em que havia em notas o fruto de meus estudos sobre a natureza e os indígenas do Brasil”. Os círculos letrados, no entanto, na opinião de Alencar, não haviam dado a devida atenção a seu esforço:

Não se compreende, porém, que uma folha brasileira, como era o *Correio Mercantil*, anunciando a publicação do *Calabar*¹²⁵, insistisse na idéia de ser essa obra uma primeira lição do romance nacional dada aos escritores brasileiros, e não advertisse que dois anos antes um compatriota e seu ex-redator se havia estreado nessa província literária.

“Há muito que o autor pensava na tentativa de criar no Brasil para o Brasil um gênero de literatura para que ele parece tão afeito e que lhe pode fazer serviços reais”. Quando Mendes Leal escrevia em Lisboa estas palavras, o romance americano já não era uma novidade para nós; e tinha em *O Guarani* um exemplar, não arreado dos primores do *Calabar*, porém incontestavelmente mais brasileiro.¹²⁶

O *Guarani* teria sofrido, ainda, ataques que diziam de sua falta de originalidade. Alencar reagiria: “Meus romances parecem tanto com os do ilustre romancista americano, como as várzeas do Ceará com as margens do Dalaware”¹²⁷.

Vem, no entanto, de Machado de Assis, no prefácio já aludido, outros argumentos que justificariam o reconhecimento da contribuição do autor cearense para a literatura nacional: “Um dia, respondendo a Alencar em carta pública, dizia-lhe eu (...) que ele tinha por si, contra a conspiração do silêncio, a

¹²⁴J.A, p.

¹²⁵*O Calabar*, do português Mendes Leal foi publicado em 1863.

¹²⁶J.A, p. 70 e 71.

¹²⁷J.A, p. 68.

conspiração da posteridade”¹²⁸. E sobre *O Guarani*, acrescentava: “uma obra em que palpita o melhor da alma brasileira”¹²⁹.

No Brasil, os desencontros entre a crítica, o gosto do público e as intenções dos escritores estavam apenas se acirrando. Além disso, outras transformações estavam em curso. Em *Como e por que sou romancista*, Alencar reconhece que, passados vinte anos da aparição de *O Guarani*, as dificuldades já não eram tantas. De fato, o Rio de Janeiro contava com 30 livrarias e 35 tipografias¹³⁰ e a sonolência que detectara nos leitores de 1856 parecia estar sendo despertada.

Desde a *Gazeta de Notícias*, a população alfabetizada do Rio de Janeiro se acostumara aos jornais. *O Jornal do Comércio*, *O Diário do Rio de Janeiro*, *A Cidade do Rio*, *O Combate*, *A Notícia*, *A Noite*, *O País*; publicações efêmeras ou duradouras narravam a cidade e, com o telégrafo, o país e o mundo. Havia ainda revistas: *A Minerva Brasileira*, *A Guanabara*, *Revista Popular*, *Revista Brasileira* e, em 1860, surgiu a *Semana Ilustrada*, impressa em cores. Em tais publicações, pretensos ou futuros grandes escritores conseguiam exercitar sua verve e, alcançada a fama, podiam ver seus nomes estampados em capas de livros. Por sua vez, os livreiros-editores se especializavam à medida que, como objeto de consumo, o livro passava a ser mais difundido e necessário aos estudantes e profissionais de engenharia, medicina, direito. Profissionais liberais, burocratas do governo ou de empresas privadas, militares, clérigos, comerciantes, profissionais liberais que detinham a habilidade de ler e algum poder de compra poderiam vir a ser consumidores de livros. Além disso, na periferia da Rua do Ouvidor, um emergente mercado de livros populares dava novos tons à cidade ansiosa por modernizações. Diante deste cenário, Alencar comentava:

Hoje em dia quando surge algum novel escritor, o aparecimento de seu trabalho é uma festa, que celebra-se na imprensa com luminárias e fogos de vistas. Rufam todos os tambores do jornalismo, e a literatura forma parada e apresenta ao gênio triunfante que sobe ao Panteão. Compara-se essa estrada, tapeçada de flores, com a rota aspérrima que eu tive de abrir, através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência¹³¹.

¹²⁸OC. P. 922.

¹²⁹OC, p. 924.

¹³⁰Números de 1870. HALLEWELL, 2005, p.121.

¹³¹J.A, p. 71.

Em fins da década de 1850, no entanto, algo se movia no país. Nos últimos dias daquele ano que *O Guarani* veio à luz, os empregados do serviço da companhia inglesa de gás haviam ameaçado deixar a cidade às escuras. No dia 09 de janeiro seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro* trazia a seguinte manchete: “Ontem foi preciso convencer os trabalhadores do serviço de gás, hoje é necessário conter os gráficos”¹³². De fato, no dia seguinte, os grandes jornais da cidade – o próprio *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil* – não foram impressos, no lugar deles, os trabalhadores gráficos faziam circular o *Jornal dos Tipógrafos* que, no seu número 14, informava a que veio: “luta contra a opressão e a exploração do homem pelo homem”¹³³. O Rio de Janeiro de 1859, certamente, era bem diferente daquele em que o ainda menino José de Alencar “lia para sua boa mãe, não somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria formada ao gosto do tempo”. Na sua casa foram promovidos encontros que culminaram na antecipação da maioridade de Pedro II que assumiu, então, o comando do governo imperial. “O que esses homens vêm fazer aqui é regalarem de chocolate”¹³⁴: diria ele, em seus primeiros comentários sobre a política brasileira de então.

A greve dos gráficos era o indício que algo se movia além dos tálburis e dos bondes recém implantados. Um setor sempre esquecido da população parecia também querer fazer parte da jovem nação brasileira. A idéia de que uma nação precisava constituir uma escrita administrativa e literária se consolidava nos setores de elite, mas as camadas populares pareciam ter outros critérios.

Num país que pretendia se afirmar como nação soberana e se aproximar da modernidade européia, a sobrevivência do trabalho escravo e de outras mazelas sociais, em plena a sede de seu governo e principal centro urbano de então, mais que obstáculo, era uma imensa contradição. Elite e setores populares, provavelmente, desejavam a consolidação e a modernização da nação brasileira, mas possuíam idéias opostas do que isso poderia significar. Fossem liberais ou conservadores, o projeto das elites parecia sequer supor a inclusão de uma massa de negros, mestiços e de tantos outros indivíduos empobrecidos.

¹³²Apud KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro 1857 a 1967*. Alfa-Omega, São Paulo, 1968, pág. 73.

¹³³Idem p. 74.

¹³⁴J.A, p. 54 e 55.

Infelizmente, como admite Eric Hobsbawm, “nada estimula melhor o nacionalismo, em ambos os lados, que um conflito internacional”¹³⁵. A Guerra do Paraguai (1864 - 1870) colocou do mesmo lado escravos e filhos da elite, mas, terminado o conflito, as contradições não foram apagadas, ao contrário, tenderam a se radicalizar. No primeiro dia de janeiro de 1880, um trovão anunciava profundas transformações e parecia querer despertar uma população que, mantida na periferia da corte e dos salões, circulava nos bondes do Rio de Janeiro: povo e elite estavam em trincheiras opostas.

Hobsbawm também percebe que o “medo de revolução é mais comum do que as perspectivas reais dela”¹³⁶. Aquele primeiro dia do ano amanheceu calmo como tantos outros, porém uma incerteza mantinha em prontidão as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. Por volta do meio dia, o que era incerteza se tornou fato. Quatro mil moradores da cidade se moviam numa passeata de protestos contra o *imposto do vintém*¹³⁷.

Aprovado pelo parlamento em outubro do ano anterior, o imposto sobre as passagens de bonde foi rejeitado pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro e tornou-se principal assunto das esquinas, dos cafés, das mesas das confeitarias, das rodas de conversa. Pululavam críticas nos jornais e os ataques de Lopes Trovão eram apenas os mais ruidosos. O motim do vintém, como ficou conhecido o episódio de 1º. de janeiro de 1880, certamente não se tratava de uma nova comuna, mas o pavor dos acontecimentos de dez anos antes, em Paris, fazia tremerem liberais e conservadores.

Excetuando os líderes, entre eles Lopes Trovão, a história não registra os nomes dos participantes da passeata: era tão somente a multidão. Talvez por isso, o Imperador não tenha recebido os manifestantes, ao contrário, colocou a frente deles as forças de repressão. Afinal, parecia claro aos governantes que o grande público podia ser espectador ou, os mais esclarecidos, proceder como comentarista, jamais como ator. O resultado disso foi dois manifestantes mortos, classificados pelas autoridades policiais como “imigrantes desordeiros,

¹³⁵HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 112.

¹³⁶HOBBSAWM, Eric, *Ecos da Marselhesa – dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, p. 51.

¹³⁷Sobre este acontecimento e seus desdobramentos ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880*. Revista Brasileira de História, v.10 n.º.20, mar. 91/agt. 1991. São Paulo.. Todas as referências a este evento foram extraídos deste texto.

procurados pela polícia”¹³⁸. Em muitos casos, o medo de insurreições populares pode ser maior também que as conseqüências que estas podem ocasionar. Um ato público que se iniciou de forma pacífica transformou-se em luta campal.

Num artigo publicado na *Gazeta de Notícias* do dia seguinte à passeata, Lopes Trovão declarava: “O povo não voltava uma vez que fecharam-lhe da primeira vez as portas do palácio”¹³⁹. Foi uma resposta ao tardio convite de Pedro II para receber uma delegação dos manifestantes. “A polícia se intrometeu entre o povo e o imperador”¹⁴⁰ – justificava a negativa. Mudou a tática do *Povo*: as lideranças do movimento distribuíram panfletos convocando um comício para aquele dia, no Largo do Paço. Se antes as vozes se dirigiam ao imperador, elas agora falariam para o público. O governo imperial não percebera que, já naquele instante, a população da periferia das decisões políticas estava escrevendo o texto da cidade. Aqueles manifestantes não queriam mais apenas o papel de multidão, mas também de autores de uma escrita da cidade, reivindicavam cidadania, independente de fazerem parte ou não da minoria alfabetizada.

Dois dias após aqueles acontecimentos, uma reunião realizada na Rua do Carmo, em casa do senador José Inácio Silveira da Mota, reunindo diversos outros homens do parlamento, pode ser entendida como uma demonstração de que os estilhaços das ruas atingiram ilustres figuras da capital do Império. O conservador *Jornal do Comércio* do dia seguinte à reunião dá o tom de suas preocupações: “o silêncio em face dos acontecimentos recentes seria uma violação dos deveres que mantinham em relação à população”¹⁴¹. Aqueles respeitáveis deputados e senadores percebiam que tinham de assumir o “dever de conduzir a população”, afinal eram eles, e não os amotinados, que detinham a pena para prescrever o texto do país.

Otto Von Bismarck – diz Hobsbawm – teria manifestado sua fama de estrategista e declarado que “se é para haver uma revolução, é melhor nós a fazermos do que sermos sua vítimas”¹⁴². O *Motim do Vintém* estava longe de anunciar revoluções; foi tão somente uma manifestação de descontentamento com mais um imposto, inseriram ao texto bacharelesco a “escrita” suja dos homens e

¹³⁸Apud: GRAHAM, 1991.

¹³⁹Ibidem.

¹⁴⁰Ibidem.

¹⁴¹Ibidem.

¹⁴²Apud: Hobsbawm, 1996, p. v. 52.

mulheres iletrados ou precariamente escolarizados. A multidão, ainda fragilmente organizada, passou a fazer parte do jogo até então jogado, unicamente, pela classe política e culturalmente dominante. A voz das ruas havia se interposto entre as forças que se debatiam pela conquista de posições no cenário político do país. Pedro II e o próprio sistema monárquico teriam sido postos em dúvida pelos manifestantes e embora tivessem que esperar por longos oito anos, a Abolição e, depois, a República ganhariam mais uma linha nos discursos de seus defensores.

Podem parecer exagero, afinal, na historiografia tradicional, os grandes acontecimentos políticos aparecem como realização de indivíduos e grupos de elite. “Antes tu” – teria dito Dom João VI a seu filho Pedro, quando da Independência de 1822. Naqueles acontecimentos a alguns teriam preferido apagar da história os movimentos populares da Bahia e do Recife, entre outros. Da mesma forma a Abolição foi muitas vezes conferida à generosidade de uma princesa ou, quando muito, aos desacordos entre elites financeiras e latifundiários. Da mesma forma, a República fora gestada, somente, na oratória do parlamento.

As ruas anunciavam, ainda, que algumas transformações estavam em curso. É possível supor que, antes dos políticos reunidos na Rua do Carmo, os homens do comércio e seu fino faro para os lucros tenham percebido que dentre a “multidão” havia um veio que não fora lavrado. Em 1880, o editor Paula Brito não mais atendia na cidade, o comércio de livros teria se tornado domínio de estrangeiros: Garnier (francês), Francisco Alves (português), os Laemmert (alemães). Em 1879, porém, o fluminense Pedro da Silva Quaresma, vislumbrando um mercado desprezado por seus concorrentes, comprou a *Livraria do Povo*, instalada na Rua São José. Quaresma talvez tivesse percebido a existência de um segmento da população que estava sendo ignorado, não só pela classe política, mas também por seus concorrentes. Quaresma talvez farejasse que o fundo editorial até então constituído pelos editores em atividade no país não dava conta dos anseios de uma parte significativa de leitores.

Dentre a população da capital do Império, em 1872, seriam 35% os alfabetizados. Em 1890, este número teria se ampliado para algo em torno de 50%¹⁴³. Embora no restante do país, 85% da população permanecem analfabetos, haveria um mercado potencial a ser explorado. Ainda que fosse reduzido o

¹⁴³PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. São Paulo, Loyola, 2003, p. 80.

número de pessoas habilitadas – a principalmente em comparação aos países hegemônicos da Europa – seria razoável admitir certa diversidade de interesses, preferências e objetivos de leitura. É possível que o súbito interesse nos amotinados do *vintém* fosse tão somente uma tática para aglutinar em torno da oposição parlamentar. Por outro lado, é possível que o interesse de Quaresma numa fatia esquecida de consumidores se devesse à ambição de conquistar uma posição privilegiada dentre seus concorrentes. Estariam ambos fazendo parte de um jogo entre elites, cujas regras já tinham sido estabelecidas pelos contendores.

Quaresma estaria de olho num tipo de leitor diferente daqueles “graves” que buscavam nas prateleiras os apostolados. Pretendia satisfazer uma “frivolidade” que não era somente aquela de estudantes românticos ou de senhoras recatadas. Haveria na cidade, um conjunto de livros (nacionais ou importados) que compunha um patrimônio cultural, mas que, no entanto, não contemplava àqueles situados à margem da Rua do Ouvidor.

As *Edições Quaresma* – como ficaram conhecidos estes livros – foram pioneiras de um tipo de edição que iria se tornar recorrente, nas últimas décadas do século XIX. Eram livros de formato reduzido (espécie de *pocket book*), encadernação tosca e papel inferior e, acima de tudo, de preço acessível. Mas não foi só na concepção do objeto que Quaresma interveio, fazendo surgir um comércio popular para o livro:

Dos inúmeros gêneros literários que foram comercializados no rol da literatura popular do Oitocentos, os romances caracterizaram-se como grandes atrações das livrarias. No espaço doméstico do lar, o casamento infeliz, a perda da inocência, o desencontro amoroso, a autoridade paterna, os dilemas da infidelidade, expostos com uma certa dose de erotismo e melodrama, atraíram o público leitor ao dialogar com os padrões sociais daquele período¹⁴⁴

A febre dos chamados livros populares já era comum na Europa, fazendo com que os editores exigissem de seus autores um estilo que atendesse um número mais amplo de leitores. No Brasil, seguindo o rastro de Eugène Sue, o romance-folhetim publicado nos jornais já havia conquistado seu público e, ao lado destes, inumeráveis histórias mirabolantes, inusitadas, dramáticas e sediciosas estavam à disposição daqueles que buscavam nas vitrines as novidades

¹⁴⁴El FAR, Alessandra. Páginas de sensação.: Literatura Popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924). São Paulo, Companhia das Letras, 2004 p. 74.

do além-mar. Originais franceses e ingleses atendiam ao gosto dos que dominavam o francês ou o inglês, enquanto traduções portuguesas atendiam a um mercado que, se não era tão pujante quanto o de Paris e outras cidades européias, dava ares de ilustração ou divertia os consumidores mais identificados com as demais mercadorias importadas e expostas nas vitrines da Rua do Ouvidor.

As *Edições Quaresma* formavam várias coleções, cujos títulos jamais foram absorvidos pelos cânones literários. Apesar das restrições, foi criado, também, um mercado de trabalho para escritores, além daquele já estabelecido nos jornais. Vale dizer que, em sua livraria, Pedro Quaresma fazia reunir escritores, em sua maioria, mais jovens e desconhecidos do público¹⁴⁵. Seria um ambiente oposto ao da livraria Garnier, ponto de encontro de renomados escritores, entre eles, Machado de Assis.

Uma de suas revelações foi o poeta Catulo da Paixão Cearense que, antes de conseguir consagração no mundo literário, escreveu para as *Edições Quaresma* vários livros de modinhas e canções, formando a *Biblioteca dos Trovadores*. Seguindo esta mesma linha musical, compunham seu acervo livros de Eduardo das Neves, figura bastante popular que costumava fazer canções de acordo com os acontecimentos do dia ou datas festivas.

Quaresma também inovou, ainda, publicando livros voltados para o público infantil. Luis Pimentel foi um de seus autores mais férteis, tornando-se precursor nesse gênero na literatura brasileira, escrevendo as famosas *Histórias do arco da velha*, *História da baratinha* e, principalmente, os *Contos da carochinha*¹⁴⁶. Quaresma chegou a ter quase monopólio do mercado de livros infantis, sobrepujando os livros portugueses que obrigavam as crianças a enfrentar histórias que traziam profundas diferenças de vocabulário:

E o petiz que andava às cavalitas do avô vendo marçano que trazia o cabaz pleno de molhos de feijões verdes, sai-se-lhe com esta: a mamã que t'o conte!¹⁴⁷

Edições populares proliferavam na cidade; listas intermináveis de títulos povoavam as páginas dos jornais, em geral, com chamadas apelativas: “Romances

¹⁴⁵HALLEWELL, 1985, p. 201.

¹⁴⁶Após o falecimento de Pedro da Silva Quaresma, a série foi editada pela Edições de Ouro (atual Ediouro), a partir de 1967. (HALLEWELL, 1885, p. 201).

¹⁴⁷Apud: El FAR, 2004, p. 93 e 94.

para o povo”; “Livros baratíssimos”; “Livros ao alcance de todos”. Eram títulos que a história literária não registra, mas que faziam enorme sucesso entre o público: *O fruto de um crime*; *Escrava convertida*; *O confessor das freiras*; *Súplica de uma mãe* etc. Quaresma não chegou a publicar grande número de literatura de ficção para o público adulto, mas entre seus títulos, pelo menos um, foi de grande valia para impulsionar seu negócio e dar prestígio a seu autor, o mesmo Figueiredo Pimentel dos livros infantis.

O aborto, publicado em 1893, figurava entre os títulos desaconselhados “às mulheres de boa família”. Tal ressalva nos anúncios era suficiente para aumentar as vendas, causando grande impacto.

A partir de 1907, na *Gazeta de Notícias*, numa seção chamada *Binóculo*, Figueiredo Pimentel focalizava fatos da sociedade carioca. Sobre seu romance, esclarecera no prefácio do livro que a história não era fantasiosa, e sim um estudo aprofundado de um caso verídico acontecido em Niterói¹⁴⁸. O tipo de livros que escrevia, contudo, contrariava muitos dos autores que freqüentavam a livraria Garnier, embora o velho editor francês não abrisse mão de publicar obras do mesmo gênero.

A “febre” do comércio popular de livros logo gerou reação dos “verdadeiros escritores” que se indignavam com a “ganância” dos editores.

Adolfo Caminha, por exemplo, em suas *Cartas Literárias* (originalmente publicadas entre novembro de 1893 e julho de 1894, na *Gazeta de Notícias*), debita a estes livros a razão do desprestígio, no Brasil, da literatura não comprometida com o gosto do público. Os autores “mais conscientes” de seu papel social, por esta razão, não encontrariam quem os editasse:

O romancista, por exemplo, o romancista de talento, que não escreve consultando o gosto pulha da burguesia, tem necessidade absoluta de um ano inteiro para fazer sua obra, com especialidade aqui no Brasil, onde a literatura está longe de ser uma profissão (...)

Depois de tudo isso, orgulhoso da obra que fez, quer publicá-la e bate à porta do editor. Este, quando não é um sujeito grosseiro, sem tino comercial, ricoço, a quem tanto faz obter mais uma edição como não obtê-la, recebe-o amavelmente, com arzinho de bondosa superioridade, manda-o sentar e passa logo ao assunto.

O discurso é o mesmo sempre: não há leitores, além disso o romance não é do gênero que o nosso povo gosta, e tal, e cousa...

- Mas, olhe que é um bom livro, Senhor F...; tem estilo, tem arte, vale a pena.

¹⁴⁸Idem, p. 255.

- O amigo engana-se, diz o outro; nós editores preferimos ao estilo, à arte, um bom enredo, uma história de sangue cheia de mistérios, comovente, arrebatadora! È disto que o povo gosta, e nós, a respeito de gosto literário, só conhecemos o do povo¹⁴⁹.

Para Caminha, a vida literária do país estava sendo vulgarizada e a culpa era do editor, o responsável pela reprodução, em escala, de valores artísticos palatáveis ao gosto de um público não habituado com a literatura mais erudita, “(...) ele é responsável pela nossa miséria literária, porque se encarrega de perverter o gosto público, editando economicamente baboseiras a dez tostões o volume”¹⁵⁰. A sede por lucros disseminaria o desprezo pelas obras que ele considerava serem a “verdadeira literatura”:

José de Alencar, Macedo, Bernardo Guimarães, os escritores que mais produziram em nosso país, morreram lastimavelmente pobres, numa quase indigência, não que a obra deles ficasse encalhada, por falta de leitores, no fundo poento das livrarias. O autor de *O Guarani* ainda é lido com entusiasmo por muita gente. Morreu pobre, com elementos de fortuna, em consequência da usurária especulação de seus editores. Esta é que é a verdade¹⁵¹

Segundo Caminha, apesar de não terem produzido para a “tolice humana”, alguns dos “verdadeiros escritores” teriam encontrado leitores e, portanto, não fosse a “ganância” dos editores, a arte poderia gozar de certa autonomia. Neste sentido, Caminha também condena os autores que se deixaram seduzir pelo comércio, pela literatura comercial:

(...) o escritor não deve sacrificar o seu ideal artístico, produzindo obras de fancia, no intuito exclusivo de auferir vantagens pecuniárias, transformando Arte num grosseiro comércio de livros por encomenda (...)

A responsabilidade maior, no entanto, seria do editor, que deveria ser “homem inteligente e honesto”¹⁵² capaz de “distinguir um bom livro, um trabalho original, de uma obra sem valor, manufaturada à *la diable*”¹⁵³.

¹⁴⁹CAMINHA, 1999, p. 120-121.

¹⁵⁰Idem, p. 121.

¹⁵¹Idem, p.121 e 122.

¹⁵²Idem, p. 124.

¹⁵³Ibidem.

Caminha deixa transparecer que o crescimento do comércio de livros punha em lados opostos escrita e gosto do leitor. A “verdadeira” escrita não se submetia às exigências do mercado. Fundada por José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães, esta escrita colocava-se a serviço de uma missão civilizadora ou, dentro das especificidades da jovem nação brasileira, preocupada em dar uma identidade específica ao país.

Adolfo Caminha parecia ter propósitos semelhantes e encerra seu artigo oferecendo sua receita de resistência:

Um conselho, porém, aos moços de talento: não se deixem dominar pela sanguessuga, reajam contra a mistificadora influência dos editores, porque, ou eles procedem com equidade, remunerando a inteligência dos que trabalham, ou morrem de anemia profunda”¹⁵⁴.

Machado de Assis, em 1880, parecia também conhecer as preferências do leitor e as prioridades dos editores. Ao mesmo tempo, nas memórias de seu *Brás Cubas* já se anunciavam os impasses a que estariam expostos os autores. No primeiro capítulo, o autor esclarece que hesitou entre abrir suas memórias pelo princípio ou pelo fim: “se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou minha morte”¹⁵⁵. O narrador explica que o “uso vulgar” o faria decidir pelo nascimento, optou, no entanto, por iniciar narrando sua morte. Sendo assim, o primeiro capítulo se intitula “óbito do autor”: vaticínio, galhofa ou mero capricho? Como saber?

Mais adiante, o capítulo LXXI, intitulado “o senão do livro” o autor parece se indispor com os leitores: “começo a arrepender-me deste livro (...) o maior defeito deste livro és tu, leitor”.¹⁵⁶

Machado talvez acreditasse que a escrita voltada para o atendimento do gosto do público, a escrita comercial, decretaria, se não a “morte do autor”, pelo menos, o cansaço.

Quando Machado de Assis ainda era um aprendiz no mundo da imprensa, em 1856, Paula Brito investia o capital de sua empresa publicando romances de autores nacionais. Esta iniciativa, rara entre os livreiros-editores daquele tempo,

¹⁵⁴Idem, p. 125.

¹⁵⁵ASSIS, 3ª. Edição, S/D, p. 01.

¹⁵⁶Idem, p.195.

serviu de argumento para que o próprio Machado de Assis, o considerasse o primeiro editor brasileiro. Além de Paula Brito, desde 1844, os irmãos Garnier destacavam-se num mercado de poucos leitores e incapaz de permitir que o escritor sobrevivesse de sua pena. Em 1858, já atuando como articulista nos rodapés de diversos jornais, em *A Marmota*, o “Bruxo” comentava as condições da literatura no país e concluía que “a sociedade atual não é decerto compassiva, não acolhe o talento como deve fazê-lo”. A decretação da maioria de Pedro II havia acalmado as disputas políticas e, naquela década de 1850, a economia dava sinais de recuperação, proporcionando certo desenvolvimento material. Embora visse tais fatos com algum otimismo, Machado lembrava a seus leitores que:

O que nós queremos, o que querem todas as vocações, todos os talentos da atualidade literária, é que a sociedade não se lance exclusivamente na realização desse progresso material, magnífico pretexto de especulação, para certos espíritos positivos que se alentam no fluxo e refluxo das operações monetárias. O predomínio exclusivo dessa realeza parva, legitimidade fundada numa letra de câmbio, é fatal, bem fatal às inteligências; o talento pede e tem também direito aos olhares piedosos da sociedade moderna: negar-lhos é matar-lhe todas as aspirações, é nulificar-lhe todos os esforços aplicados na realização das idéias mais generosas, dos princípios mais salutares, e dos germens mais fecundos do progresso e da civilização¹⁵⁷.

Para se contrapor a este estado das coisas, a literatura não poderia ser “um culto, um dogma intelectual”, exigindo do autor uma postura mais militante de sua causa, contradizendo, em certa medida, a idéia de arte pela arte. Machado defende que o escritor assumira uma posição de “homem social, participando dos movimentos da sociedade em que vive”. Machado, no entanto, fazia supor a sua melancolia:

Raros, bem raros, se têm dado ao estudo de uma forma tão importante como o romance; apesar mesmo da convivência perniciosa com os romances franceses, que discute, aplaude e endeusa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as susceptibilidades nacionais¹⁵⁸.

O articulista não é mais otimista em relação ao teatro: “Dizer que temos teatro, é negar um fato; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha”. E repete a sua queixa contra a enxurrada de textos importados: “Para que esta inundação de

¹⁵⁷OC. P. 787.

¹⁵⁸OC, p. 788.

peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensaboiões às vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado *francelho*?”

A causa de tal precariedade não estaria no gosto do público, pois “o triunfo que obtiveram as comédias do Pena, e do Sr. Macedo (Joaquim Manoel de), prova o contrário. O povo não é avaro em aplaudir e animar as vocações; saber agradá-lo, é o essencial”. Machado acreditava que a responsabilidade seria dos editores que, ao visarem o lucro fácil, estariam desprezando a missão da escrita, da arte, da circulação da cultura:

As tentativas dramáticas naufragam diante deste *czariato* de bastidores, imoral e vergonhoso, pois que tende a obstruir os progressos da arte. A tradução é o elemento dominante, nesse caos que devia ser a arca santa onde a arte pelos lábios dos seus oráculos falasse às turbas entusiasmadas e delirantes¹⁵⁹.

Apesar disso, a escrita em terras brasileiras teria dado sinais de que possuía cores locais, uma especificidade, uma brasilidade que se oporia a simples tradução de obras estrangeiras: “Transplantar uma composição dramática francesa para a nossa língua, é tarefa de que se incumbe qualquer bípede que entende de letra redonda”¹⁶⁰. Essa tarefa teria custado o esforço de homens de letras que teriam se empenhado na elaboração de uma escrita específica ao ambiente brasileiro: “Gama (Basílio da) escreveu um poema (*O Uruguai*), se não puramente nacional, ao menos nada europeu”¹⁶¹.

Nos primeiros anos da Independência, a poesia teria sido “a forma mais conveniente e perfeitamente acomodada às expansões espontâneas de um país novo”¹⁶², mas, naquele final da década de 1850, quando Martins Pena havia encenado diversos de seus textos e *Memórias de um Sargento de Milícias* e *O Guarani*, entre outros, haviam sido publicados, o teatro e o romance pareciam, para Machado de Assis, as formas de expressão mais adequadas à afirmação nacional. Desta forma, não se justificaria o descaso dos editores e empresários teatrais com a produção dos autores locais. Tais mediadores teriam transformado a arte num negócio, fazendo o autor concluir que “a arte tornou-se uma indústria”.

¹⁵⁹Ibidem.

¹⁶⁰OC, p. 789.

¹⁶¹OC, p. 785.

¹⁶²OC, p. 786.

Machado parece possuir a receita para limitar o poder dos mediadores, dos empresários de teatro, dos editores e do comércio. A intervenção estatal poderia impor medidas inibidoras da importação de textos de autores estrangeiros, favorecendo, assim, a produção nacional:

Há um meio fácil e engenhoso: recorra-se às operações políticas. A questão é de pura diplomacia; um *golpe de estado* literário não é mais difícil que uma parcela de orçamento. Em termos claros, um tratado sobre direitos de representação reservados, com o apêndice de um imposto sobre traduções dramáticas.¹⁶³

Isto, no entanto, não bastaria. Seria preciso, ainda, que o escritor buscasse no seu em torno os motivos e o estilo de sua escrita:

A sociedade, Deus louvado! é uma mina a explorar, é um mundo caprichoso, onde o talento pode descobrir, copiar, analisar, uma aluvião de tipos e caracteres de todas as categorias. Estudem-na: eis o que aconselhamos às vocações da época!¹⁶⁴

Dizendo especificamente do romance¹⁶⁵ – “obra d'arte como qualquer outra, e que exige da parte do escritor qualidades de boa nota” – Machado menciona que, no Brasil, este tipo de escrita “busca sempre a cor local”. Percebe, também, que “os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos, não contaminaram a literatura brasileira”¹⁶⁶. A produção dos autores nacionais, embora alguns merecessem “uma crítica minuciosa e severa”, muitos seriam de “viva imaginação, instinto do belo, ingênua admiração da natureza, amor às coisas pátrias, e além de tudo isto, agudeza e observação”¹⁶⁷. O crítico lamentava, no entanto, falta de “condições regulares” para que o romance se desenvolva e admitia que “já deu frutos excelentes e os há de dar em muito maior escala”¹⁶⁸.

Em 1863, Machado parecia apostar em outra receita e chamava a responsabilidade para os “homens de letras”, pois caberia a eles a tarefa de guiar o gosto do público, de orientar a preferência dos leitores: “cumpre ao talento educá-

¹⁶³Ibidem.

¹⁶⁴Ibidem.

¹⁶⁵*Notícias da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade*. In: OC, p 801 -809. Publicado originalmente em *Novo Mundo*, em 24 de março de 1873.

¹⁶⁶OC, p, 805.

¹⁶⁷OC, p. 806.

¹⁶⁸Ibidem.

la, chamá-la à esfera das idéias novas, das reformas, dos princípios dominantes”¹⁶⁹.

Ao transcrever, nas páginas do jornal *O Futuro*, carta de um amigo seu – A. de Pascual –, endereçada a Augusto Emílio Zaluar¹⁷⁰, Machado sugeria o caminho que o “talento” deveria seguir para “educar” o leitor ou aqueles que, por serem iletrados, não teriam acesso às “novas idéias”. Para o autor da missiva, a leitura pública, a organização de bibliotecas e gabinetes de leitura, a criação de sociedades literárias seriam instrumentos capazes de combater à carência do leitor, opondo-se, ao mesmo tempo, à industrialização ou à “fancaria” da arte:

“A indústria intelectual não pode por enquanto, – balda de fervorosos apóstolos, – arcar com o charlatanismo dos especuladores da matéria, traduzindo em divertimentos públicos; mas, tende fé na inteligência e lutai com denodo para tornar familiar entre as massas a instrução, de que tanto carecem para apreciar no seu justo valor a própria dignidade de seres intelectuais e livres.”¹⁷¹

Entre os escritores, era comum reunir amigos para uma audição de um romance, de uma peça teatral ou de um poema. De início, tais encontros se realizavam em alguma confeitaria ou mesmo em residências. Com o tempo, estes encontros se mudaram para as redações dos jornais, dando origem a associações literárias, como a *Sociedade Petalógica*, fundada por Paula Brito, em 1853. Havia outras congêneres, que funcionavam no Café do Braguinha, em frente ao Teatro João Caetano, ou na Confeitaria Carceler, freqüentada por Pedro II¹⁷². Ao ceder sua pena ao amigo, Machado endossava a aposta de ampliar este espaço restrito de letrados. Espaços como o *Real Gabinete Português de Leitura* (criado em 1837) deveriam ser estimulados, pois seriam propícios para tornar a escrita íntima dos indivíduos menos esclarecidos.

Em 1880, Machado de Assis era um escritor freqüente nos folhetins e gozava de algum prestígio, no entanto, admitia ter poucos leitores: “Dez? Talvez, cinco”. Naquele momento, no entanto, o mercado de livros havia se ampliado. A editora Garnier havia se expandido e Francisco Alves chegou a abrir filial, em São Paulo, Minas Gerais e Portugal. Isso, no entanto, não era o suficiente para que a

¹⁶⁹OC, p. 789.

¹⁷⁰ASSIS, Machado de. *Obras Completas*, vol. 01 (crônicas). Rio de Janeiro; W.M. Jackson Editores, s/d, p. 355 – 360.

¹⁷¹Idem, p. 355.

¹⁷²MACHADO, Ubiratan, 2001, p. 53 – 64.

escrita se tornasse comum aos brasileiros. Palavras como “povo” e “popular” figuravam, não só nos livros e jornais, mas também no “Banco do Povo”, “Chapelaria do Povo”, “Loja do Povo” procurando atrair estratos sociais que até então estavam excluídos como consumidores. Apesar de tais reclamos, os alarmantes algarismos apontavam para 70% de analfabetos, e se impunham como um obstáculo para que a escrita cumprisse a sua “missão”. As instituições existiriam apenas para 30% dos cidadãos e a opinião pública seria uma metáfora sem base, pois haveria, somente, a opinião dos 30%. O país, desta forma, existiria para, apenas, 30% dos brasileiros e a “Era de Ouro da Escrita” não teria sentido para as maiorias. Os 30% de alfabetizados podiam até constituir um mercado que atraía editores e autores estrangeiros, mas eram insuficientes para consolidar um país soberano, uma cidadania, uma nação.

Os números do analfabetismo não iriam ser alterados até a década de 1930. Para as maiorias, mesmo a República não teria tornado a escrita republicana, uma coisa pública. A abolição do trabalho escravo, tantas vezes adiada e abortada da escrita das elites, também não alterou o quadro de exclusão social, quando não, agravou. No Brasil no ano da morte de Machado de Assis, 1908, a leitura pode ter se expandido, mais até do que era de se esperar de um país que fora colonizado por mais de 300 anos e em que a escrita, os prelos, os livros e os jornais só passaram de fato a existir fazia 100 anos. Ao menos no Rio de Janeiro e nas maiores cidades (Salvador, Recife, São Paulo), havia prelos, havia editores razoavelmente organizados, havia jornais e livros, apostolados e passatempos, havia escritores – talvez mais do que supunha Adolfo Caminha. O que faltava para que Machado de Assis acreditasse que tinha mais de dez leitores?

Talvez o autor quisesse para o seu *Brás Cubas* um tipo de leitor que julgava raro no país, um leitor capaz de roer os sentidos mais profundos do texto, e não somente aqueles aquecidos por uma escrita frívola e atraente aos “carapicus” acostumados às águas mornas. Talvez Machado escrevesse para um tipo de peixe acostumado com as águas profundas e frias, ou para um tipo de verme devorador das carnes frias de um cadáver. Talvez, Machado apostasse na consagração da posteridade. Neste caso, o leitor das memórias de um homem sem herdeiros não seria aqueles que freqüentavam a *Livraria do Povo* e fizeram a fortuna de Pedro Quaresma.

A construção efetiva de um sentido de nação, o desejo de integrar uma massa de excluídos a uma nacionalidade através da escrita, da circulação de uma cultura nacional, também será preocupação dos eruditos das primeiras décadas do século XX. Por outro lado, o descaso para com a alfabetização em massa, expressa na ausência de políticas públicas de escolarização dos setores populares, parecia ir contra esta idéia. Entre os eruditos, parecia perdurar a certeza de que o brasileiro, ainda que em número reduzido, aprendia a ler, mas não a se tornar íntimo da escrita, não a valorizar sua cultura, seus “verdadeiros autores”, estando mais interessado numa escrita estrangeira e estranha.

Durante todo o século XIX, uma modernidade teria sido anunciada pela instalação dos prelos, pelos jornais, pelo comércio de livros. Também o bonde, a agitação das ruas, os negócios, a elegância da Rua do Ouvidor e o comércio popular das ruas adjacentes indicavam que a antiga cidade colonial trajava a vestimenta do capitalismo. Apesar disso, persistia a idéia de que os leitores brasileiros, além de escassos, não reuniam, em sua maioria, uma identificação com a escrita comprometida com a soberania da nação. O leitor tantas vezes visto como sinônimo de cidadão não possuía maiores envolvimento com a construção de uma nacionalidade, de uma cultura específica. Nesta perspectiva, a constituição de um público leitor estaria associada a própria idéia de consolidação da jovem nação brasileira.

A parte isso, Olavo Bilac, em crônica originalmente publicada no primeiro número da Revista *Kósmos*, de janeiro de 1904, previa um futuro em que a escrita não ocuparia mais a centralidade da “missão” de fazer circular a cultura de uma nação:

Justamente, agora, nos últimos dias de 1903, dois physicos francezes, Gaumont e Decaux, acabam de achar uma engenhosa combinação do phonographo e do cinematographo — o chronophono —, que talvez ainda venha a revolucionar a indústria da imprensa diária e periódica. Diante do aparelho, uma pessoa pronuncia um discurso: o chronophono recebe e guarda esse discurso, e, daí a pouco, não somente repete todas as suas phrases, como reproduz, sobre uma tela branca, a figura do orador, a sua physionomia, os seus gestos, a expressão de sua face, a mobilidade dos seus olhos e dos seus lábios.

Talvez o jornal futuro seja uma aplicação desta descoberta. ¹⁷³

¹⁷³Revista *Kosmos: revista artística, científica e literária*, número 01 de janeiro de 1904. Rio de Janeiro, 1904. Edição em microfilme da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

É esse futuro que tentarei abordar no próximo capítulo. Na década de 1920, um grupo de homens se propõe a repensar o país sobre outras bases. Com a Primeira Guerra Mundial, seus horrores deixariam dúvidas quanto à excelência de uma cultura hegemônica européia. No Brasil, embora ainda se debatesse os critérios que deviam constituir uma cultura brasileira, também se torna premente consolidar os meios de fazer circular esta cultura. A popularização do cinema e, depois, a “Era do Rádio” podiam fazer crer numa centralidade do audiovisual ou de uma difusão da cultura baseada na oralidade. Os profissionais da escrita, no entanto, pareciam ter também propostas para tornar a leitura acessível à grande parte da população, torná-la coisa pública no sentido republicano. Pretendia-se criar, de fato, um país letrado, um país de leitores. A pergunta que persistirá, no entanto, é que leitor é este que se pretendia forjar. Quem é esse leitor que se quer sejam mais de cinco, de dez, de milhões?

José Veríssimo, já em 1903, no primeiro número do *Almanaque Gamier*, sugere que “não seria desinteressante, nem inútil saber, se é certo, como parece, o diz-me o que lê, dir-te-hei quem és”¹⁷⁴. A questão pode ser colocada em outros termos. Quais projetos de multiplicação de leitores possuíam os homens de letras, os governantes, os formuladores das políticas públicas? A resposta a esta questão talvez sirva como indício do tipo de leitor que se pretendeu ou se pretende constituir no Brasil.

¹⁷⁴Apud: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história da identidade nacional no Almanaque garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte, UFMG, 2005, p. 94.